

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 11 | NOVEMBRO 2008 | R\$ 13,00



**Preços mínimos deverão  
ser reajustados**

**Biocombustíveis: FGV Projetos comprova  
que não há concorrência com alimentos**

**Setor sucroalcooleiro  
reprograma investimentos**

**PECUÁRIA**

**MERCADO GLOBAL**

**Impacto menor da recessão: a atividade  
está em ciclo de baixa na produção**

O agronegócio é o seguinte

# Comercialização, intervenção e renda do campo

O EFEITO combinado da volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas com a oscilação do câmbio ditará em grande parte o comportamento da renda da safra 2008/09. É prematuro traçar qualquer cenário em termos de patamares de preços. A formação dos custos de produção foi completamente atípica nesta temporada. O mercados de insumos e máquinas, junto com os dos produtos, estiveram, no conjunto, aquecidos, principalmente no segundo semestre.

As enchentes nas regiões produtoras dos Estados Unidos, justamente na época em que seus agricultores faziam o plantio das lavouras, coincidiram com a bolha especulativa no mercado mundial. A Bolsa de Chicago assistiu a seguidos valores recordes no milho, soja e trigo. As cotações aquecidas dos combustíveis e fertilizantes, apesar de refletirem no mercado interno, ficaram um tanto encobertas porque a relação de troca estava boa. Isso explica a compra antecipada ocorrida nesta temporada.

No Brasil, o início da safra de verão 2008/09 aconteceu sob as repercussões da crise mundial, com severa restrição de crédito e liquidez. Como os agricultores adiantaram suas compras de bens e máquinas, o impacto não foi mais forte. Caso não ocorra adversidades climáticas de maior escala, a produção desse ano será ligeiramente menor à da última safra. As primeiras estimativas de colheita indicam justamente isso. Pressão na inflação devido a escassez de alimentos, a princípio, está descartada.

No Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2008/09, anunciado pelo governo federal em junho, ficou claro o compromisso de recuperar os estoques oficiais de 1,5 milhão de toneladas para 6,0 milhões de toneladas. A preocupação era principalmente com a falta e alta nos preços dos alimentos. Naquele momento, não pairava um traço de desconfiança com relação a uma possível virada no mercado, com queda nas cotações e comprometimento da renda do produtor.

Apesar da menor probabilidade disso vir a ocorrer, agora são poucos os que vêm um quadro satisfatório de preços. O problema está na composição dos custos de produção. A planilha registra valores extremamente altos, em particular nos fertilizantes. A dose de preocupação consiste em apurar as margens possíveis de comerciali-

zação. O esforço do governo para manter o câmbio sobrevalorizado é um pesadelo na apuração da renda da agricultura.

Na comercialização da safra 2008/09, ao contrário das últimas duas temporadas, o governo terá de garantir liquidez aos mercados. Será inevitável a utilização dos instrumentos do Programa de Garantia de Preços Mínimos, inclusive com ajustamento dos seus valores, para adequação com os custos variáveis de produção. Para o tomador de decisão das políticas públicas, o olho deve estar voltado para ciclo 2009/10, quando a sensibilidade do agricultor estará bem mais aguçada para definir um aumento ou redução da área plantada. Dando seqüência a nossa atenção especial sobre a crise, trazemos mais recomendações aos produtores.

Em alto ritmo de alavancagem financeira e de investimentos, o setor sucroalcooleiro sente pesadamente os resultados da crise internacional. Muitos projetos estão passando por revisão. De qualquer forma, a produção de açúcar e álcool continua a avançar. A entressafra da Região Centro-Sul, de dezembro a março, chega cercada de desafio. O custo de carregamentos dos estoques de etanol é um dos principais deles. O aumento no consumo aponta para uma disponibilidade apertada do produto. Uma subida de preço traria oxigênio para a descapitalização ocorrida nos últimos dois anos.

A FGV Projetos, unidade de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, apresentou no Seminário sobre Biocombustíveis, organizado pelo Itamaraty, um trabalho, aqui resumido, que pretende ser definitivo no esclarecimento sobre os efeitos dos biocombustíveis nos preços dos alimentos: não há concorrência.

**Agroanalysis** apresenta um caderno sobre a pecuária brasileira e mundial. Em rápido processo de globalização, uma série de fatores restringem o ciclo de expansão da produção a curto prazo. O Brasil segue em negociação para retomar o mercado do produto *in natura* na União Européia. A Austrália enfrenta anos de seca em suas pastagens. Os Estados Unidos tentam recuperar-se da vaca louca, enquanto a Argentina pratica o auto-embargo. Tenham uma leitura proveitosa. ■



# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do  
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

**Conselho editorial:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,  
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,  
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

**Editor chefe:** Antônio Carlos Kfourir Aidar

**Editor executivo:** Luiz Antonio Pinazza

**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Redação**

**Redator:** Bruno Blecher

**Arte:** André C. Michelin e Renata Owa

**Revisão:** Cacalo Kfourir

**Fotos:** Getty Images (pág. 5,17), www.sxc.hu (capa)

**Secretaria e apoio administrativo:** Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

**Publicidade:** Representante comercial: Valor Rural Consultoria e  
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.  
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

**Circulação/assinaturas:** Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

**Outros estados:** 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

**Ponto de venda:** São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)



FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e  
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como  
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade  
atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente  
Economia e Administração, bem como contribuir para a  
proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou  
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

**Conselho Diretor**

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio

Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

**Suplentes:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro

de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista

Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermirio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Nestor Jost

**Conselho Curador**

**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**Vice-presidente:** José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

**Vogais:** Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),

Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti

(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),

Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro

Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jorge

Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco

S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de

Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Romeu de Figueiredo Temporal

(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros

Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio

Murray (Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

**Suplentes:** Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz

Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de

Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro

Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América

Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),

Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano

**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**Diretor da FGV-SP:** Prof. Francisco S. Mazzucca

**Diretor da FGV-EAESP:** Maria Tereza Leme Fleury

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

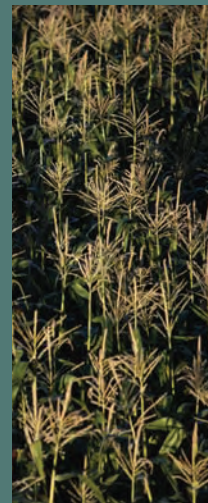
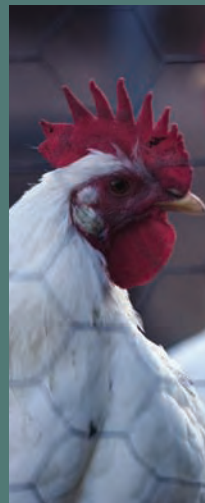
ACESSE O SITE  
[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)

ou ligue

0800 770 88 81

e assine

a publicação que  
melhor acompanha  
o agronegócio



## Abre Aspas

---

6 Antenor Nogueira

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

## Mercado & Negócios

---

12 Safra 2008/09 I

13 Safra 2008/09 II

14 Safra 2008/09 III

16 Novos produtos

17 Crise

## Especial

---

19 Globalização da Pecuária

## Agroenergia

---

41 Preços dos alimentos

43 Setor sucroalcooleiro I

44 Setor sucroalcooleiro II

## Gestão

---

45 Ripa

## Sustentabilidade

---

46 Meio ambiente

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

## Especial



Mercado global

## Safra 2008/09



Preços mínimos reajustados

## Setor sucroalcooleiro I



Freio nos projetos

## Setor sucroalcooleiro II



Recomposição dos estoques

Antenor Nogueira, CNA

# Os desafios da pecuária brasileira

da Redação

“**E**SCOLHERAM a pecuária brasileira como boi de piranha. Tudo o que o Brasil faz é criticado, desde o desmatamento na Amazônia até o problema do gás metano”.

O desabafo é de Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Em entrevista à **Agroanalysis**, Nogueira destaca os desafios do Brasil na área de sustentabilidade e adianta os planos da CNA para 2009, sob a presidência da senadora Kátia Abreu.

**AGROANALYSIS** A crescente internacionalização dos frigoríficos brasileiros, que estão comprando plantas no exterior, favorece a pecuária?

**ANTENOR NOGUEIRA** A internacionalização não influencia muito no mercado interno, ao contrário. O fortalecimento da indústria é um processo inerente ao capitalismo. A nossa preocupação é com o endividamento dessas empresas, que isso possa trazer prejuízo ao produtor brasileiro. É preciso levar em conta que o grande mercado da carne brasileira está no próprio país.

**AGROANALYSIS** Como você vê a conjuntura atual do mercado de carnes no Brasil? A crise vai atrapalhar a pecuária?

**NOGUEIRA** O nosso negócio é a proteína animal, que é altamente consumida no âmbito mundial. A última coisa que as pessoas cortam é a alimentação. Podem mudar para uma proteína mais barata,



Wenderson Araújo/CNA

mas não vão deixar de comer. Lógico que a gente vai sentir alguns efeitos da crise: falta de crédito, dificuldade de transferência de renda para o produtor, mas eu acho que o produtor vai sobreviver. O que nos deixa preocupados é o nível de investimento do produtor. O produtor não pode deixar de ter renda, se não ele pára de investir na sua propriedade. A preocupação da CNA é com a manutenção da renda do produtor rural.

“O nosso negócio é a proteína animal, que é altamente consumida no âmbito mundial. A última coisa que as pessoas cortam é a alimentação”

**AGROANALYSIS** Como está hoje a saúde financeira do pecuarista?

**NOGUEIRA** Ainda está ruim, apesar do aumento do preço da arroba do boi, do bezerro, do boi magro. Houve uma recuperação ao longo deste ano, mas nós ainda temos uma preocupação muito grande com o custo dos insumos. Um dos insumos que é altamente impactante na nossa atividade é o sal mineral. Assim como a ração, ele teve aumentos absurdos e inex-



plicáveis de 100%, 130%, mesmo sendo um produto nacional, que não tem nada a ver com o mercado externo. Outro exemplo clássico é o da uréia, um insumo muito utilizado na região central do Brasil, na época da seca. A uréia aumentou mais de 100%, devido à disparada do preço do petróleo. Mas agora o petróleo caiu, e caiu bastante, mais de 50%, mas a uréia continua cara. A Petrobras tem obrigação de baixar o preço para o produtor rural. A uréia é usada tanto na pecuária quanto na agricultura. Nós estamos acompanhando na CNA a variação do dólar e seu impacto nos preços dos insumos. Nós estamos reivindicando ao governo a retirada do PIS e da Cofins das rações. Não tem sentido. O governo retirou o PIS e a Cofins de todos os produtos da agricultura, dos produtos usados para a fabricação de adubos, e não tirou ainda da pecuária. Nós não sabemos o porquê e estamos discutindo isso há muito tempo com o Ministério da Fazenda. Queremos uma posição do governo e tenho certeza de que o ministro Reinhold Stephanes vai nos ajudar.

**AGROANALYSIS** A pecuária brasileira sofre muita pressão lá fora por causa do desmatamento da Amazônia. Sustentabilidade passou a ser uma questão de sobrevivência para a carne brasileira?

**NOGUEIRA** Não é só a sustentabilidade. Escolheram a pecuária brasileira como boi de piranha. Tudo o que o Brasil faz é criticado. Nós até que esperávamos uma reação internacional, devido ao crescimento das exportações brasileiras e à sua posição de liderança no mercado internacional da carne, mas não na intensidade que nós estamos vendo. Tem o problema do desmatamento, tem o bem-estar animal, tem o metano, a pecuária virou a grande vilã da história. Nós aqui na CNA já estamos acenando bandeira branca, porque isto é um verdadeiro bombardeio.

**AGROANALYSIS** Qual é a real participação da pecuária no desmatamento da Amazônia?

**NOGUEIRA** O pecuarista não tem serraria. Muito antes do pecuarista entrar numa

determinada área, toda a madeira de lei já foi tirada. A CNA também está preocupada com a questão ambiental. Estamos tentando conscientizar o produtor da necessidade de manutenção das reservas legais. Uma vez eu sentei à mesa com um grande defensor da manutenção das florestas mundiais, um inglês, e perguntei como era a madeira da mesa sobre a qual ele comia na Inglaterra? Qual era a madeira da cama que ele dormia? Ele não me respondeu. É móvel que eles levaram

“A uréia aumentou mais de 100%, devido à disparada do preço do petróleo. Mas agora o petróleo caiu, e caiu bastante, mas a uréia continua cara”

daqui, contrabandeado. Eles levaram a madeira ilegalmente. Há madeira de lei brasileira apreendida que seria utilizada em outros países. Recentemente, eu vi uma notícia numa rede de televisão espanhola sobre a inauguração em Madri de uma biblioteca toda em jacarandá-dabaía. Ora, se há retirada ilegal de madeira é porque tem alguém lá fora comprando. A CNA não comunga com atos ilegais. Eu tenho muito medo dessa difamação da pecuária brasileira. E o próprio governo está dando asas para isso.

**AGROANALYSIS** Diante da crise, não há risco de o governo reduzir os investimentos na área de sanidade animal?

**NOGUEIRA** Não acredito. A gente mantém um contato permanente com o ministério, o dr. Inácio Kroetz, secretário de Defesa Agropecuária, sempre foi muito transparente em seu relacionamento com o setor privado. O ministério tem feito um trabalho conjunto com a iniciativa privada. Temos realizado reuniões em todas as regiões do país. Já estive com o Inácio no Norte, no Nordeste, em vários pontos do País. Agora, é claro que o Brasil precisa avançar na área da sanidade. Há muitos estados do Norte e do Nordeste onde o ministério tem feito um trabalho maravilhoso, como a vacinação do gado na Calha do Rio Amazonas. Nós tivemos um foco no meio da Amazônia que detonou o comércio de carne no Centro-Oeste. Mas agora estamos avançando muito, no Nordeste também, e teremos novidades no início de 2009. Vários estados do Nordeste deverão ser declarados zonas livres, o que é importante para que a gente caminhe mais um pouco. Precisamos diminuir a vacinação para uma só e depois erradicar a febre aftosa. É uma condição indispensável para que o Brasil possa ter acesso a todos os mercados importantes da carne.

**AGROANALYSIS** Como está a vigilância nas áreas de fronteira?

**NOGUEIRA** O Paraguai tem feito um trabalho excepcional. Eu quero parabenizar a Secretária de Agricultura de Mato Grosso do Sul pelo trabalho que ela tem feito na fronteira do estado, como a identificação de todos os animais. É um trabalho caro, mas que tem que ser feito. Mato Grosso e Rondônia também estão fazendo um trabalho muito bom. A Federação de Mato Grosso tem feito a vacinação do gado na fronteira, do lado boliviano. O próprio ministro da Agricultura anunciou um trabalho conjunto com o Ministério da Agricultura da Bolívia. O Brasil deverá doar mais vacinas à Bolívia. Na Venezuela, porém, o problema está se agravando. O número de fo-

cos está crescendo. O Equador, que não faz fronteira com o Brasil, é um problema da Colômbia, mas nós podemos ajudar. De uma forma geral, a América do Sul está mais consciente, fazendo o dever de casa. Os governantes entenderam a necessidade de se avançar no combate à febre aftosa.

**AGROANALYSIS** E essa história de exportação de animais vivos? Os frigoríficos parecem que não estão gostando muito do negócio.

**NOGUEIRA** Isso é bobagem. Quando a gente chamava os frigoríficos para discutir preço da arroba, a resposta deles era de que preço eles não discutiam, porque era uma questão de mercado. Ora, a exportação de boi em pé também é uma questão de mercado. Se eles não querem que a gente venda boi, que paguem o preço que nós estamos recebendo lá fora. O produtor tem livre arbítrio para negociar com quem ele quiser.

**AGROANALYSIS** O Brasil também está se destacando como um grande exportador de genética bovina.

**NOGUEIRA** Já faz muito tempo que exportamos e concorremos em diversos países. O Brasil, hoje, tem uma genética altamente avançada. A gente tem a oportunidade de visitar outros países para ver o que eles estão fazendo. Eu estive na Austrália recentemente e posso te garantir que não temos nada a dever à pecuária de lá. Não vi nada na Austrália que possa ser aproveitado aqui no Brasil. Em termos de tecnologia no campo, nós estamos avançados. Eles podem ter helicópteros, motocicletas no pasto, mas aqui nós não precisamos disso. Aliás, eles têm um problema muito sério de água.

**AGROANALYSIS** O que representa a eleição da senadora Kátia Abreu para a presidência da CNA?

**NOGUEIRA** A senadora Kátia se esmera pelo cuidado de fazer as coisas certas. Ela faz questão de ter conhecimento pleno dos assuntos para poder discuti-los. Todas as comissões têm de estar permanen-



Wenderson Araújo/CNA

“Pecuarista não tem serraria. Muito antes de o pecuarista entrar numa determinada área, toda a madeira de lei já foi tirada”

temente com o assunto na ponta da língua, porque tudo tem que ser explicado nos mínimos detalhes. Ela tem uma forma de administrar muito participativa. O que eu acho mais importante disso tudo foi a possibilidade que nós tivemos de um acordo, sem disputa. E quem ganhou com isso foi a CNA. O presidente Fábio Meirelles abriu mão da candidatura.

**AGROANALYSIS** Quais são os planos da CNA para 2009?

**NOGUEIRA** Vamos partir para uma nova etapa em 2009. Um dos programas é a informatização do produtor, trazer o produtor para a tecnologia, tentar colocar esse produtor em tempo real com a CNA e fornecer as informações mundiais do seu negócio. É a inclusão digital

do produtor. A área de pecuária de corte da CNA vai distribuir a a partir de 1º de dezembro, por meio do CNA, um programa de gestão pecuária. O produtor vai poder baixar o programa e fazer balancetes mensais de sua atividade, onde ele poderá calcular seus gastos, apurar o seu lucros e ter conhecimento real do que está acontecendo na sua atividade. É importante que ele acompanhe essa atividade e nós vamos disponibilizar, de graça, a todo o produtor, que queira utilizar o *software*. A CNA deverá estender o *software* para outras atividades como a agricultura e a pecuária de leite. No próximo ano, vamos acompanhar o mercado internacional de insumos. Queremos estar informados de tudo o que está acontecendo no mercado. ■

## Macroeconomia

# O segundo *round* da crise

Rogério Mori\*

**A**PARENTEMENTE, a crise global começou a entrar no segundo estágio há algumas semanas. Em outras palavras, o início da crise centrado nas dificuldades das instituições financeiras, com o agravamento da sua situação parece ter ficado para trás.

Isso não significa, no entanto, que o sistema financeiro tenha voltado plenamente à sua normalidade (longe disso). Na verdade, a liquidez no sistema continua restrita, com as condições de crédito bem mais difíceis que alguns meses atrás. Aparentemente, grande parte do ajuste no sistema já ocorreu, mas as seqüelas sobre a economia global permanecem.

Assim, está mais que evidente que a desaceleração econômica está em curso em boa parte dos países, e isso representa o segundo estágio da crise. O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro, por exemplo, retraiu 0,2% no terceiro trimestre do ano (a França com crescimento de 0,1% foi uma exceção), indicando que a Europa, assim como os EUA, também já entrou em recessão.

Aparentemente, o quadro recessivo instalado deve perdurar por algum tempo. Mesmo que os aspectos mais graves e dramáticos da crise financeira tenham ficado para trás, o não-restabelecimento pleno do crédito no sistema apenas dificulta mais uma saída rápida da recessão. Mais que isso, o modelo de crescimento global vigente até poucos meses, baseado no dinamismo do crescimento norte-americano e no endividamento das famílias desse país parece ter se esgotado. Diante disso, é difícil imaginar uma saída rápida da recessão na ausência de um

novo eixo dinâmico de crescimento. Imaginar que os países emergentes sustentarão o crescimento econômico global pode ser considerado um excesso de otimismo sem fundamento na realidade.

Adicionalmente, o instrumento monetário parece ter-se esgotado nesses países no contexto de estímulo à demanda agregada, uma vez que boa parte deles já reduziu significativamente as taxas de juros. O uso de política fiscal expansionista parece começar a ser a opção em boa parte de alguns países como forma de estímulo à demanda.

O reflexo sobre os países emergentes também começou a aparecer. A China anunciou um grande pacote de investimentos como forma de manter o ritmo de crescimento econômico. Outros países emergentes também começaram a sofrer com os efeitos da crise global.

O Brasil não é uma exceção a esse quadro que se verifica no cenário global. A economia brasileira começa a enfrentar problemas no que tange ao desempenho econômico. Claramente, a restrição da liquidez internacional e os impactos da crise também se fizeram sentir sobre as instituições financeiras brasileiras. O Banco Central (BC) atuou nos últimos meses de forma a tentar evitar o colapso do sistema financeiro.

No entanto, a restrição do crédito também começou a afetar a economia brasileira. O consumo das famílias e os investimentos começaram a se retrain. Projetos de investimento começaram a ser postergados e o governo brasileiro tem atuado prontamente de forma a evitar a paralisação plena de projetos essenciais à econo-

mia brasileira, como alguns investimentos em infra-estrutura.

No bojo dessa problemática que começou a surgir a partir da desaceleração da nossa economia, os debates em torno de soluções começaram a aparecer e algumas propostas que começaram a despontar devem ser vistas com alguma preocupação.

Talvez a mais preocupante esteja associada à sugestão de que o governo brasileiro deva praticar uma política fiscal expansionista como forma de reativar a economia nacional.

De fato, essa proposta esbarra em várias questões de dimensões complicadas no contexto atual. A primeira delas diz respeito ao fato de que, diferentemente das economias desenvolvidas, a economia brasileira pode ser facilmente relançada, uma vez que nosso ciclo de desaceleração está associado a problemas de crédito, que podem ser facilmente solucionados no curto e médio prazos. A partir daí, o consumo das famílias e os investimentos podem ser facilmente retomados. Em segundo lugar, há espaço do ponto de vista da política monetária para retomar o crescimento. Por fim, esse tipo de proposta pode induzir à prática de uma política fiscal irresponsável com conseqüências graves para o crescimento no longo prazo.

Em outras palavras, adotar sugestões e fórmulas adotadas em outros países no caso brasileiro, sem uma reflexão maior e profunda, pode ter conseqüências graves mais adiante. ■

\* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP



Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: [brunoblecher@uol.com.br](mailto:brunoblecher@uol.com.br)

## Mais tratores



Lançado em julho governo, o Programa Mais Alimentos, de apoio à agricultura familiar, ainda não conseguiu arrancar. Pelo menos na meta de facilitar o acesso do produtor à mecanização. Uma das metas do programa é a de comercializar cerca de 6.000 tratores até junho de 2009.

Até agora, porém, foram entregues poucas unidades. O problema maior parece ser a burocracia. O processo para aquisição do trator envolve os técnicos da Emater, o Banco do Brasil e os fabricantes.

Para Gilberto Zago, vice-presidente da Anfavea, o programa ainda está em processo de maturação. "Os gerentes do Banco do Brasil e os técnicos da Emater precisam se familiarizar com os procedimentos. Mas logo o programa vai deslanchar", diz ele. Milton Rego, diretor da Case New Holland, também está otimista. Ele acredita que já no próximo ano o Mais Alimentos chegará a meta inicial de 6.000 tratores.

Em São Paulo, o governador José Serra assinou o decreto que cria o Programa Pró-Trator – Agricultura Moderna. A meta é financiar 6.000 tratores a juro zero.

## COM CRISE OU SEM CRISE

Estudo divulgado hoje (30) pelo Ministério da Agricultura mostra que nos próximos dez anos o Brasil vai consolidar a posição de potência mundial do agronegócio. Com crise ou sem crise.

Em 2018, o País vai dominar o mercado mundial de carnes, respondendo por 60% das exportações de carne bovina, 21% da carne suína e quase 90% da de frango. Na soja, vamos chegar a 40% (hoje temos 36%); no milho, 21% (hoje 13%), no açúcar de 58,4% para 74,3%.

A grande vantagem é que o avanço tem sustentabilidade: o crescimento da produtividade será maior do que o aumento da área plantada. Aliás, o maior aumento de produção (173%) será de etanol, combustível limpo e renovável, que salta dos atuais 21,5 bilhões de litros para 58,8 bilhões.

## RAÇA NOVA

O Brasil ganhou uma nova raça bovina, com o reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Crioula Lageana e sua variedade mocha. A raça agora pode participar de exposições e promover programas de melhoramento genético.

A Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Crioula Lageana (ABCCL), sediada em Lages (SC), foi credenciada pelo MAPA para efetuar o registro genealógico.

## OTIMISMO

“A crise é momentânea. Eu acho que o Brasil tem muito para contribuir, o mundo não vai parar, a necessidade de alimentos é muito grande, a população mundial cresce”

André Carioba, vice-presidente da AGCO para América Latina, durante entrevista coletiva em São Paulo no dia 13/11/2008

## Errata

Na edição de setembro de 2008, na tabela da página 41, a unidade correta para a demanda norte-americana de milho para a produção de etanol é de bilhões de bushels e não milhões, como foi publicado.

## RECEITA DA CARNE

De janeiro a outubro, a receita com as exportações brasileiras de carne bovina avançou 26,1%, alcançando US\$ 4,6 bilhões. O volume exportado registrou queda de 12,5% (1,21 milhão de toneladas). Roberto Gianetti da Fonseca, presidente da Abiec, diz que o número de fazendas habilitadas a vender carne bovina para a União Européia chegará a 700 este ano.



Números divulgados pelo USDA estimam que as exportações mundiais de carne bovina devam crescer 2% em 2009. Para o Brasil, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos aposta em crescimento em torno de 5%, levando em conta a retomada das vendas de carne brasileira para o mercado chileno e a liberação de novas fazendas para atender a UE. Nos últimos doze meses, as exportações brasileiras de carne suína foram de 587,34 mil toneladas e totalizaram US\$ 1,60 bilhão. Os principais mercados são Rússia, Hong Kong, Ucrânia, Argentina e Cingapura.

## SAFRA BOLIVIANA

Técnicos da Conab vão ajudar o governo boliviano a organizar suas pesquisas e prognósticos de safras. A parceria prevê ainda apoio à comercialização dos produtos agrícolas bolivianos.

## PRESIDENTE DA CNA

A senadora Kátia Abreu foi eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no dia 12 de novembro, pelo Conselho de Representantes da entidade. Titular da chapa única registrada, a senadora obteve 26 votos favoráveis contra um em branco.

## Rastreabilidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.514/08, que propõe a reformulação das normas de rastreabilidade dos rebanhos bovino e bubalino no Brasil. De autoria do deputado Moreira Mendes (PPS-RO), o projeto segue agora para o Plenário da Câmara.

## COMBUSTÍVEL SUJO

O país que se gaba de produzir um dos combustíveis mais limpos do planeta (o etanol da cana) vai continuar a envenenar a sua população com o diesel mais sujo do mundo. Um acordo entre os fabricantes de veículos, os governos federal e estadual e a Petrobras adiou para 2014 o início da distribuição do diesel S-50, com menor teor de enxofre, à frota. Uma resolução do Conama de 2002 antes estabelecia que o diesel mais limpo estaria nas bombas a partir de 1º de janeiro de 2009.

Hoje, o diesel utilizado pelos ônibus e caminhões nas regiões metropolitanas do país tem 500 ppm (partes por milhão) de enxofre e, no interior, 2.000 ppm. São índices elevadíssimos, que provocam sérios danos à saúde da população. Basta dizer que os veículos movidos a diesel representam hoje apenas 10% da frota nacional, mas são responsáveis por 62% das emissões de material particulado.

## Ovos para 17 países



Andrea Kratzenberg/sxc

De janeiro a setembro, as exportações brasileiras de ovos e seus produtos renderam ao Brasil US\$ 41,2 milhões, um salto de 136% em relação ao faturamento do mesmo período de 2007.

O crescimento do ovo nacional lá fora se deve principalmente a abertura de novos mercados. "O Brasil exporta ovos para 17 países. Os principais destinos são os Emirados Árabes, Angola, Omã e Catar", diz o consultor José Carlos Teixeira.

## PACOTE CHINÊS

# US\$ 586 bilhões

serão destinados pelo governo chinês em estímulos fiscais e projetos de infra-estrutura nos próximos dois anos para reduzir os impactos da crise global e manter o crescimento econômico do país.

Safr 2008/09 I

# Programa de intervenções

A colheita da soja terá comportamentos opostos nas duas principais regiões produtoras. No Sul, deve crescer de 2,4% a 3,4%, ficando entre 21,12 e 21,33 milhões de toneladas. Já no Centro-Oeste, a produção diminuirá de 5,6% a 3,8% em relação à anterior, ficando entre 27,49 e 28,02 milhões de toneladas. A colheita total está estimada entre 58,39 e 59,32 milhões de toneladas. No caso do milho, a produção ficará entre 54,32 e 55,21 milhões de tone-

UM PROGNÓSTICO indica a primeira queda na produção desde a safra 2004/05, quando houve problemas climáticos. Segundo previsões divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a colheita total deve recuar para 140,75 milhões de toneladas. O resultado é 2,2% inferior ao recorde histórico de 143,82 milhões de toneladas apurados na temporada anterior. A área plantada deve registrar expansão de até 1,2%, para 47,95 milhões de hectares.

Na verdade, a Conab trabalha sob dois cenários para a safra 2008/09:

- Mais otimista, de 141,83 milhões de toneladas (baixa de 1,4%);
- Mais pessimista, de 139,65 milhões (queda de 2,9%).

O trigo terá crescimento de 49,6%, atingindo 5,72 milhões de toneladas. Na época do plantio, os preços de mercado acima do custo de produção, e a elevação do valor mínimo de garantia do governo federal, incentivaram os triticultores a aumentar em 31,4% a área plantada, sobretudo na Região Sul, principal pólo produtor.

A produção de arroz também deve aumentar de 1,7% a 3,5%, ficando entre 12,27 e 12,48 milhões de toneladas. O motivo está na expectativa dos bons preços no mercado e na ocorrência de chuvas durante o plantio no Sul do País. Com cerca de 50% da área destinada ao cereal já plantada no Rio Grande do Sul, as lavouras podem ocupar até 48,3 mil hectares a mais que na safra passada, em todo o País.

Para o feijão é prevista colheita entre 3,59 e 3,64 milhões de toneladas, o que garante ao Brasil uma quantidade de 71,5 a 113,3 mil toneladas a mais do grão.

## Brasil: estimativa de produção de grãos (mil toneladas)

| Produto         | Safr       |             |             | Variação (%) |         |
|-----------------|------------|-------------|-------------|--------------|---------|
|                 | 07/08      | 08/09       |             |              |         |
|                 | (a)        | lim sup (b) | lim inf (c) | (b)/(a)      | (c)/(a) |
| Algodão caroço  | 2.504,70   | 2.131,20    | 2.230,10    | -14,9        | -11     |
| Algodão – Pluma | 1.602,20   | 1.364,90    | 1.428,00    | -14,8        | -10,9   |
| Arroz           | 12.059,60  | 12.270,60   | 12.478,70   | 1,7          | 3,5     |
| Feijão Total    | 3.522,70   | 3.594,20    | 3.636,00    | 2,0          | 3,2     |
| Feijão 1ª Safra | 1.243,30   | 1.387,40    | 1.429,20    | 11,6         | 15,0    |
| Milho Total     | 58.622,00  | 54.317,30   | 55.210,50   | -7,3         | -5,8    |
| Mlilho 1ª Safra | 39.933,20  | 36.953,70   | 37.846,90   | -7,5         | -5,2    |
| Soja            | 60.017,40  | 58.392,10   | 59.320,60   | -2,7         | -1,2    |
| Trigo           | 3.824,00   | 5.722,20    | 5.722,20    | 49,6         | 49,6    |
| Demais produtos | 3.270,00   | 3.231,20    | 3.235,30    | -1,2         | -1,1    |
| Brasil          | 143.820,41 | 139.658,8 1 | 141.833,40  | -2,9         | -1,4    |

Fonte: Conab - Levantamento: nov/2008

## Brasil: estimativa de área plantada (mil hectares)

| Produto         | Safr      |             |             | Variação (%) |         |
|-----------------|-----------|-------------|-------------|--------------|---------|
|                 | 07/08     | 08/09       |             |              |         |
|                 | (a)       | lim sup (b) | lim inf (c) | (b)/(a)      | (c)/(a) |
| Algodão         | 1.077,40  | 921,5       | 963,5       | -14,5        | -10,6   |
| Arroz           | 2.874,90  | 2.882,30    | 2.923,20    | 0,3          | 1,7     |
| Feijão Total    | 3.992,70  | 4.086,30    | 4.120,90    | 2,30         | 3,20    |
| Feijão 1ª Safr  | 1.313,40  | 1.407,00    | 1.441,60    | 2,3          | 3,2     |
| Milho Total     | 14.786,40 | 14.483,50   | 14.643,50   | -2,0         | -1,0    |
| Milho 1ª Safr   | 9.656,20  | 9.353,30    | 9.513,30    | -3,1         | -1,5    |
| Soja            | 21.313,00 | 21.067,80   | 21.402,20   | -1,2         | 0,4     |
| Trigo           | 1.818,90  | 2.390,80    | 2.390,80    | 31,4         | 31,4    |
| Demais produtos | 1.538,60  | 1.505,30    | 1.509,40    | -2,2         | -1,9    |
| Brasil          | 47.402,00 | 47.337,5    | 47.953,50   | -0,1         | 1,2     |

Fonte: Conab - Levantamento: nov/2008



ladas, ou 7,3% a 5,8% menor que as 58,62 milhões de toneladas do período anterior.

A abrupta subida nos custos de produção e a disponibilidade limitada de crédito, em especial na Região Centro-Oeste, explicam a menor safra prevista para grãos, fibras e cereais. ■

## Safra 2008/09 II

# Recursos para a comercialização

O GOVERNO decidiu quadruplicar os estoques oficiais de grãos, para ter um novo instrumento contra a alta do preço dos alimentos no mercado interno. A meta, constante do Plano de Safra Agrícola e Pecuário 2008/2009, é elevar os estoques de 1,5 milhão de toneladas para 6 milhões de toneladas em 2009.

O governo aposta na elevação da produção de alimentos para atravessar o atual período de agravamento da inflação mundial. O estoque total será o maior desde 2006, quando os armazéns públicos reuniam cerca de 4 milhões de toneladas de grãos. A grande parte do novo estoque será de milho. O produto é considerado como estratégico do ponto de vista do controle dos índices de inflação, já que o grão é matéria-prima da avicultura, suinocultura e da pecuária de corte e leite.

Para garantir a compra e a recomposição dos estoques, o governo realiza leilões para sinalizar aos agricultores o preço de venda de determinados produtos. Assim, o produtor terá mais segurança em relação aos preços. Normalmente, as cotações caem nos períodos de colheita. Além de recompor estoques, a medida visa a garantir a comercialização da safra a preços compatíveis com os custos de produção.

A falta de estoques públicos de grãos impediu que o governo interferisse de forma mais efetiva no mercado para frear a escalada dos preços dos alimentos este

ano. A Conab tinha em seus armazéns apenas 1,4 milhão de toneladas de arroz.

Para não provocar uma conjuntura negativa de baixa nos preços ao produtor durante o transcorrer da colheita, o plano da Conab é intervir na comercialização da safra a partir de fevereiro de 2009. A meta é aplicar R\$ 1,5 bilhão para retirar do mercado até 6,71 milhões de toneladas.

### Safra 2008/09: recursos para a comercialização

| Produto | Recursos (R\$ milhões) | Quantidade (t milhões) |
|---------|------------------------|------------------------|
| Algodão | 470,0                  | -                      |
| Arroz   | 180,0                  | 1,50                   |
| Café    | 318,0                  | 0,95                   |
| Feijão  | 5,0                    | 0,10                   |
| Milho   | 353,0                  | 2,66                   |
| Trigo   | 175,5                  | 1,50                   |
| Total   | 1.501,5                | 6,71                   |

Fonte: Conab

O governo também reservou R\$ 2,3 bilhões para promover a aquisição direta de 5,9 milhões de toneladas de vários produtos e garantir a recomposição dos estoques públicos de passagem, usados em épocas de combate à inflação.

### Safra 2008/09: formação de estoques públicos

| Produto | Recursos (R\$ milhões) | Quantidade (t milhões) |
|---------|------------------------|------------------------|
| Arroz   | 825,5                  | 1,650                  |
| Feijão  | 80,7                   | 0,100                  |
| Milho   | 940,1                  | 4,000                  |
| Trigo   | 50,3                   | 0,135                  |
| Outros  | 403,4                  | 0,0247                 |
| Total   | 2.300,0                | 5,9097                 |

Fonte: Conab

Para safra 2008/09 o governo anunciou mais três medidas complementares;

- 1º Criação de uma linha de crédito no valor inicial de R\$ 1 bilhão para financiar a Cédula do Produto Rural (CPR);
- 2º Mais recursos para a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), orçada em R\$ 1,5 bilhão;

3º Facilitar o acesso aos recursos para o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), que são usados, principalmente, pelo setor exportador de soja e algodão.

A demanda pelo Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Peppo) deve dobrar na temporada 2008/09. A marca deve chegar R\$ 3 bilhões, praticamente o dobro deste ano.

O setor produtivo pressiona o governo para assegurar, nos recursos no Orçamento Geral da União de 2009, os mecanismos de sustentação de preço e apoio à comercialização.

Apesar dos problemas de escassez de crédito por parte de *tradings* e fornecedores de insumos, o plano não contempla a sojicultura. Já no algodão, há atraso no recebimento da maior parte do Peppo relativo aos leilões realizados em abril e maio para o escoamento do grão. A sua comercialização ficou estagnada em função da crise. Sem cumprir os contratos, o produtor fica impossibilitado de conseguir o benefício do governo.

Outras medidas que fazem parte da análise são:

- Prorrogação, por até dois anos, de R\$ 1,2 bilhão em dívidas de investimento renegociadas e que venceram em outubro;
- Liberação de até R\$ 5 bilhões para o financiamento da safra.

Os recursos virão da nova revisão nas regras dos compulsórios. O governo estuda ainda possibilidade de direcionar os leilões de linhas de comércio exterior do Banco Central para as regiões mais prejudicadas pela falta de dinheiro externo para financiar o setor. Cerca de 75% da inadimplência da dívida que tinha que ser paga em outubro está concentrada entre Goiás e Mato Grosso.

Há também um assunto complexo para ser tratado. Recente portaria do Ministério do Meio Ambiente incluiu grande parte de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão na zona de restrição de crédito. Para conseguir financiamento, os agricultores precisam se cadastrar e apresentar documento como a certidão de que a terra não tem problema ambiental. ■

Safr 2008/09 III

# Reajuste no preço mínimo

UMA DAS ferramentas clássicas do Plano Agrícola e Pecuário é a política de preços mínimos. Para recompor a alta do custo de produção agropecuária e se adequar ao novo nível de cotação das *commodities*, eles foram reajustados para a safra 2008/2009..

Quando sente o sinal de escassez de produto no mercado, o governo precisa responder com aumento de preço, de

modo a atrair mais produtores para a atividade e compensar a demanda. Por isso, para cumprir sua função, o preço mínimo de garantia deve ser estimulante para comprar o excedente de safra e aumentar a produção.

Mas, com recursos limitados e valores desalinhados para atender aos produtores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é incapaz de planejar a

produção e a comercialização da agricultura. Uma tarefa em que o apoio dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda é fundamental.

Os produtores e as cooperativas, sem incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), têm, por lei, assegurados os preços míni-



## Mato Grosso: comercialização da soja na safra 2008/09

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| Bolsa de Chicago                | US\$ 9 por bushel (27,2 quilos)<br>US\$ 19,85 por saca |
| Câmbio                          | R\$ 2,00   |
| Conversão para R\$              | R\$ 39,70 por saca                                     |
| Produção MT                     | 17,00 milhões de toneladas                             |
| Volume comercializado           | 4,25 milhões de toneladas                              |
| Volume para ser comercializado  | 13,75 milhões de toneladas<br>227 mil sacas            |
| Recursos para a comercialização | R\$ 901.190.000,00                                     |

Fonte: Aprosoja

## Custo de produção da soja (R\$/hectare)

| Despesas                           | Primavera do Leste - MT |         |          | Londrina - PR |         |          |
|------------------------------------|-------------------------|---------|----------|---------------|---------|----------|
|                                    | 2007/08                 | 2008/09 | Var. [%] | 2007/08       | 2008/09 | Var. [%] |
| I - Custeio                        |                         |         |          |               |         |          |
| - Fertilizantes                    | 330                     | 563     | 70,6     | 135           | 247     | 82,9     |
| - Defensivos                       | 217                     | 320     | 47,5     | 219           | 249     | 13,7     |
| - Outros                           | 243                     | 307     | 26,3     | 370           | 473     | 27,8     |
| Sub-total (I)                      | 790                     | 1190    | 50,6     | 724           | 969     | 33,8     |
| II - Pós-colheita                  | 111                     | 214     | 92,8     | 109           | 186     | 70,6     |
| III - Financeiras                  | 40                      | 77      | 92,5     | 20            | 47      | 135      |
| IV - Custo Variável (I+II+III)     | 941                     | 1.482   | 57,5     | 853           | 1202    | 40,9     |
| Produtividade (sacas de 60 quilos) | 54                      | 54      |          | 47            | 47      | -        |
| Preço de equilíbrio por saca (R\$) | 17                      | 27      |          | 18            | 26      | -        |

Fonte: Conab

mos anunciados em julho para a safra 2008/09.

Quando o preço mínimo fica abaixo do do mercado, sem oferecer condições para cobrir os custos operacionais efetivos, o produtor perde o ânimo para permanecer na atividade. É um quadro de desestímulo ficar atrelado a valores defasados daqueles praticados no mercado.

Na definição do Plano Agrícola 2008/2009, a intenção do governo federal era de ampliar os estoques públicos com as operações de PGPM. No momento da colheita, se os preços ficarem abaixo do mínimo, serão acionadas as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF).

Como o agravamento da crise internacional provocou a redução nos preços das *commodities* agrícolas, a intervenção do governo no apoio à comercialização poderá ficar mais necessária.

No caso do milho produzido nas Regiões Sul, Sudeste, em Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal, o preço mínimo estabelecido por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), teve um reajuste de 17,86%. A saca de 60 quilos passou de R\$ 14,00 para R\$ 16,50. Em Mato Grosso e Rondônia o reajuste foi de 20%, de R\$ 11,00 para R\$ 13,20 na saca de 60 quilos. Na maioria das regiões, o reajuste não cobre o custo variável de produção. O mesmo se sucede na soja, com preço de garantia de R\$ 22,80 a saca.

Em Mato Grosso, o preço mínimo da oleaginosa pode comprometer a situação do produtor em caso de queda no mercado interno. Na importante região formadora de preços, em Primavera do Leste, o custo variável de soja transgênica é de R\$ 27 a saca.

Apesar de ser prematuro definir os patamares de preços na comercialização, é fundamental analisar os patamares possíveis de preços. "É fundamental a prática de políticas que contemplem o crédito, o seguro e os sistemas de sustentação de preços. Sem crédito e com preço mínimo defasado será impossível avançar na discussão de instrumentos para assegurar a renda do campo. ■

### Custo de produção de milho (R\$/hectare)

| Despesas                           | Unai - MG    |              |             | Campo Mourão - PR |              |             |
|------------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------------|--------------|-------------|
|                                    | 2007/08      | 2008/09      | Var. (%)    | 2007/08           | 2008/09      | Var. (%)    |
| <b>I - Custeio</b>                 |              |              |             |                   |              |             |
| - Fertilizantes                    | 630          | 1068         | 69,5        | 344               | 680          | 97,7        |
| - Defensivos                       | 202          | 250          | 23,7        | 175               | 206          | 17,7        |
| - Outros                           | 344          | 408          | 18,6        | 359               | 545          | 51,8        |
| <b>Sub-total (I)</b>               | <b>1.176</b> | <b>1.726</b> | <b>46,7</b> | <b>878</b>        | <b>1.431</b> | <b>62,9</b> |
| <b>II - Pós-colheita</b>           | <b>274</b>   | <b>338</b>   | <b>23,3</b> | <b>182</b>        | <b>199</b>   | <b>9,3</b>  |
| <b>III - Financeiras</b>           | <b>30</b>    | <b>45</b>    | <b>50</b>   | <b>35</b>         | <b>69</b>    | <b>97,1</b> |
| <b>Custo Variável (I+II+III)</b>   | <b>1.480</b> | <b>2.109</b> | <b>42,5</b> | <b>1.095</b>      | <b>1.699</b> | <b>55,1</b> |
| Produtividade (sacas de 60 quilos) | 110          | 110          |             | 116               | 116          |             |
| Preço de equilíbrio por saca (R\$) | 14           | 19           |             | 9                 | 15           |             |

Fonte: Conab

### Custo de produção de arroz (R\$/hectare)

| Despesas                           | Cachoeira do Sul - RS |              |             | Sorriso - MT |              |             |
|------------------------------------|-----------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|
|                                    | 2007/08               | 2008/09      | Var. (%)    | 2007/08      | 2008/09      | Var. (%)    |
| <b>I - Custeio</b>                 |                       |              |             |              |              |             |
| - Fertilizantes                    | 493                   | 677          | 37,3        | 555          | 747          | 34,6        |
| - Defensivos                       | 286                   | 280          | -2,1        | 177          | 171          | -3,4        |
| - Outros                           | 922                   | 1.089        | 18,1        | 296          | 311          | 5,1         |
| <b>Sub-total (I)</b>               | <b>1.701</b>          | <b>2.046</b> | <b>20,3</b> | <b>1.028</b> | <b>1.229</b> | <b>19,5</b> |
| <b>II - Pós-colheita</b>           | <b>798</b>            | <b>1080</b>  | <b>35,3</b> | <b>214</b>   | <b>252</b>   | <b>17,7</b> |
| <b>III - Financeiras</b>           | <b>95</b>             | <b>126</b>   | <b>32,6</b> | <b>43</b>    | <b>46</b>    | <b>6,9</b>  |
| <b>Custo Variável (I+II+III)</b>   | <b>2.594</b>          | <b>3.252</b> | <b>25,3</b> | <b>1.285</b> | <b>1.527</b> | <b>18,8</b> |
| Produtividade (sacas de 50 quilos) | 130                   | 130          |             | 80           | 80           |             |
| Preço de equilíbrio por saca (R\$) | 20                    | 25           |             | 16           | 19           |             |

Fonte: Conab

### Custo de produção de algodão (R\$/hectare)

| Despesas                           | Barreiras- BA |              |             | Rondonópolis - MT |              |             |
|------------------------------------|---------------|--------------|-------------|-------------------|--------------|-------------|
|                                    | 2007/08       | 2008/09      | Var. (%)    | 2007/08           | 2008/09      | Var. (%)    |
| <b>I - Custeio</b>                 |               |              |             |                   |              |             |
| - Fertilizantes                    | 721           | 1466         | 103,3       | 1.412             | 2283         | 61,7        |
| - Defensivos                       | 1.273         | 1290         | 1,3         | 1.741             | 1890         | 8,5         |
| - Outros                           | 655           | 703          | 7,3         | 771               | 736          | -4,5        |
| <b>Sub-total (A)</b>               | <b>2.649</b>  | <b>3.459</b> | <b>30,6</b> | <b>3.924</b>      | <b>4.909</b> | <b>25,1</b> |
| <b>II - Pós-colheita</b>           | <b>542</b>    | <b>763</b>   | <b>40,7</b> | <b>498</b>        | <b>555</b>   | <b>11,4</b> |
| <b>III - Financeiras</b>           | <b>202</b>    | <b>306</b>   | <b>51,5</b> | <b>256</b>        | <b>311</b>   | <b>21,5</b> |
| <b>Custo Variável (A+B+C = D)</b>  | <b>3.393</b>  | <b>4.528</b> | <b>33,4</b> | <b>4.678</b>      | <b>5.775</b> | <b>23,4</b> |
| Produtividade (arroba)             | 250           | 250          |             | 250               | 250          |             |
| Preço de equilíbrio por saca (R\$) | 14            | 18           |             | 19                | 23           |             |

Fonte: Conab



## Novos produtos

## Rejeição automática?

Márcia Dutra de Barcellos<sup>1</sup>Luís Kluwe Aguiar<sup>2</sup>Gabriela Cardozo Ferreira<sup>3</sup>Luciana Vieira<sup>4</sup>

MUITAS VEZES, os consumidores apresentam resistência para aceitar novos alimentos introduzidos no mercado. Esse fato pode estar relacionado com os hábitos culturais, o comportamento socio-demográfico, o estilo de vida ou um momento da vida de cada consumidor.

Os consumidores que comprem produtos inovadores os legitimam para os demais consumidores. No Brasil, a análise da propensão ao consumo de alimentos inovadores é incipiente. Pouco se sabe, apesar de ser estratégica a investigação a respeito da rejeição ou aceitação de produtos inovadores para a indústria de alimentos.

Com o objetivo de analisar o comportamento dos consumidores em relação à propensão à inovação em alimentos, foi realizada uma pesquisa tipo *survey* na área metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Foram entrevistados 279 estudantes. Com 28 questões, o questionário foi dividido em três seções:

- 1º: Aceitação de alimentos inovadores;
- 2º: Avaliação da rejeição de alimentos inovadores;
- 3º: Perfil demográfico e nível de exposição a novas tecnologias.

As questões foram apresentadas na escala de 5 pontos, variando de (1) Discordo Totalmente a (5) Concordo Totalmente. Os dados coletados foram submetidos a análises estatísticas, para verificação das diferenças entre os grupos.

## Resultados apurados

A amostra foi composta por 53% de homens e 47% de mulheres. Com relação à idade, 90% dos entrevistados estavam

situados na faixa de 18 a 29 anos. A maioria dos entrevistados mora com os pais (64,9%) e com outras pessoas (14%). Poucos moram sozinhos (10%).

Com relação ao nível de exposição a novas tecnologias, os resultados indicaram como aparelhos eletrônicos mais comuns nos domicílios as câmeras fotográficas (66,7%). O acesso à *internet* apresentou um percentual alto (88,4%). As TV a cabo e por satélite estavam presentes em

## Propensão ao consumo de alimentos inovadores

| Pergunta   | Média * |
|--|---------|
| Compra aqueles disponíveis nas lojas e supermercados   | 3,94    |
| Compra mesmo se não estiver experimentado antes        | 3,54    |
| Entre os amigos, é um dos primeiros a lembrar da marca | 3,51    |
| Compra antes de outras pessoas conhecidas              | 3,26    |

\* Escala de 5 pontos, variando de (1) discordo totalmente a (5) concordo totalmente

## Rejeição aos alimentos inovadores

| Pergunta                                       | Média * |
|--|---------|
| Não provaria em eventos sociais                | 3,54    |
| Muito seletivo em relação a comida             | 3,26    |
| Se não sabe do que é feita a comida, não prova | 2,95    |
| Não come de tudo                               | 2,80    |

\* Escala de 5 pontos, variando de (1) discordo totalmente a (5) concordo totalmente

59,5%, enquanto 79,6% tinham TV aberta. Em termos de tecnologia, os entrevistados não têm aversão a novidades.

Quanto aos alimentos, os entrevistados não apresentam inclinação para o consumo de produtos inovadores. As médias ficaram abaixo de 4. Isso poderia confirmar, em parte, a característica cultural da população do Rio Grande do Sul, com hábitos conservadores e arraigados na tradição.

Na escala de rejeição de alimentos, a média ficou baixa (menor que 3). O fato dos entrevistados não mostrarem aversão a alimentos inovadores é um ponto positivo sob a ótica do desenvolvimento de novos produtos. Como os consumidores estão abertos para inovações, a indústria de alimentos no Brasil poderia ser mais inovadora.

Os consumidores podem não ter o hábito de consumir alimentos inovadores, muito possivelmente em função de existirem poucas opções nas prateleiras.

O fato de a maioria dos entrevistados morar com os pais pode indicar que esses não estão na função de comprar e preparar as refeições. Na maioria das vezes, outro membro da família toma a decisão.

Os dados também mostram que a rejeição à inovação foi relativamente baixa entre os entrevistados. A indústria de alimentos pode estar perdendo a oportunidade de ser mais inovadora. Ao considerar-se a acirrada competição no mercado global, a indústria brasileira pode estar operando em um ambiente menos competitivo. No Brasil, com exceção de algumas empresas multinacionais, a indústria de alimentos atende principalmente a uma demanda regional.

Por fim, os resultados da pesquisa forneceram dados para discussões importantes sobre a aceitação ou rejeição dos alimentos inovadores. Para aprofundar a investigação, fica a sugestão de estender o estudo aos outros estados. ■

1 Programa de pós-graduação em Administração – PPGAd/PUCRS

2 Royal Agricultural College, UK

3 Programa de pós-graduação em Administração – PPGAd/PUCRS

4 Programa de pós-graduação em Administração – PPGAd/Unisinos

## Crise

# Ainda há muita fumaça no horizonte

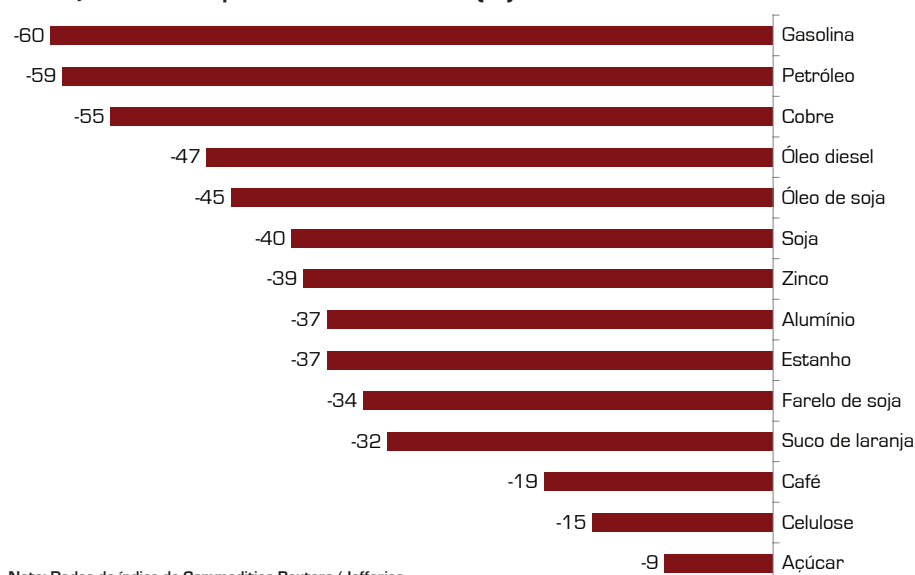
**P**ARECE QUE o fogo está se reduzindo. Mas a quantidade de fumaça ainda torna muito difícil um diagnóstico preciso para 2009.

De positivo temos a equipe econômica anunciada pelo novo presidente norte-americano Barack Obama e as medidas de estímulo fiscal que vêm sendo tomadas por vários países. As medidas fiscais são mais efetivas do que as monetárias, porque, normalmente, tem ação direta sobre a economia, com efeito multiplicador. Por exemplo, investir em uma estrada requer mais empregados, que geram mais renda, e assim por diante. Uma ação de política monetária, como, por exemplo, a redução de juros, pode gerar ou não mais empregos. Se a falta de confiança for muito grande, os empresários não vão investir e os cidadãos não irão consumir mais. Portanto, a medida fica inóqua.

Quando olhamos a queda dos preços das *commodities* continuamos assustados. Mas, o nível de preço dos alimentos ainda está bem maior que em 2006. E os alimentos tiveram redução menor de preços que outras *commodities*. Os estoques estão baixos e a próxima safra mundial não será grande. Por todas essas razões, é provável que os preços dos alimentos parem de cair.

Continuamos recomendando que os produtores garantam seus preços sempre pensando em jogar na defesa. E muita atenção com a situação do caixa. O crédito continuará difícil. Existe uma dificuldade setorial específica que é a falta de pagamento integral aos fornecedores no caso de algumas indústrias canavieiras. Mas, sobre esse assunto, temos matéria específica. ■

**Mundo: queda no preço médio em dólar das *commodities* entre julho e a 1ª quinzena de novembro (%)**



Nota: Dados do índice de Commodities Reuters/Jefferies CRB, elaborado pela RC Consultores  
Fonte: Jornal O Estado de São Paulo



**ESPECIAL**

# Globalização da Pecuária



Mercado com ciclo de queda na produção.  
O Brasil consolida sua liderança no fornecimento mundial.  
Crescem as exigências sanitárias e ambientais.

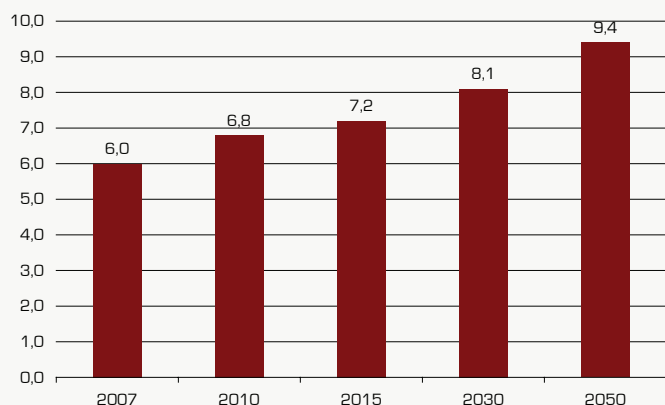


## Oportunidade para o Brasil

O aumento da demanda mundial por carne bovina está ligado à renda e ao crescimento da população mundial. Por conta dessa situação, em dez anos, o comércio mundial de carne vermelha crescerá mais de 12 milhões de toneladas até 2017. Uma média anual de 1 milhão de toneladas, correspondente a US\$ 3 bilhões, puxada principalmente pela demanda dos países em desenvolvimento.

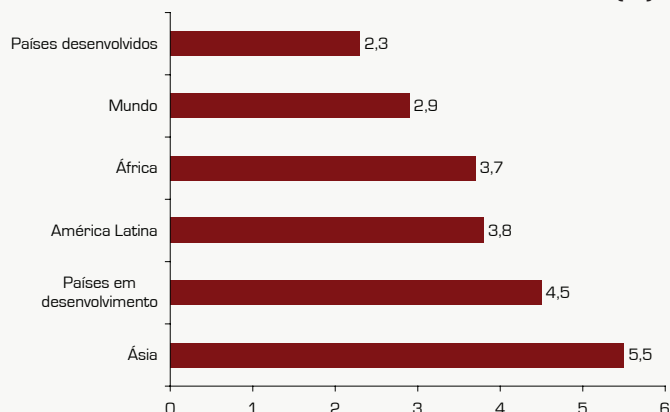
O Brasil é um dos países com liderança no conhecimento técnico e científico na produção de carne. Com sistemas de produção pecuários e diferentes modelos de manejo, o País será um dos responsáveis pela expansão prevista no mercado da carne bovina.

### Mundo: evolução da população (em bilhões)



Fonte: FAO

### Mundo: taxa de crescimento do PIB – 1997 a 2020 (%)



Fonte: Ifpri

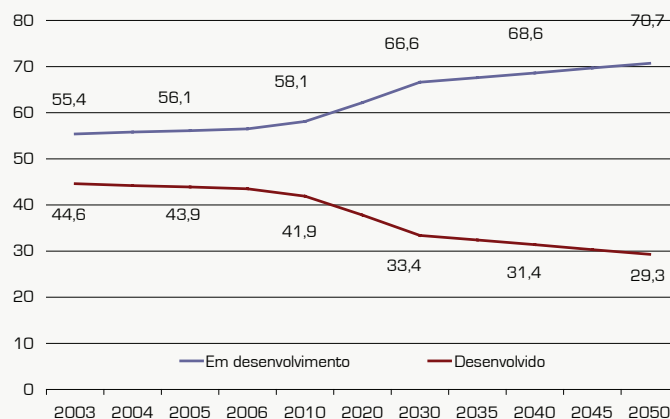
Depois de um longo ciclo de baixa, o mercado interno mostra uma saudável recuperação dos preços da arroba bovina. Há uma redução no abate de matrizes para a recomposição do rebanho nacional. O preço da carne exportada sofre elevação no mercado internacional porque a oferta está ajustada e os custos de produção aumentaram.

### Mundo: consumo de carne (milhões de toneladas)

| Especificação      | 2007  | 2017  | Var. (%) |
|--------------------|-------|-------|----------|
| <b>1. Por tipo</b> |       |       |          |
| Suíno              | 104   | 125   | 20,2%    |
| Frango             | 88    | 106   | 20,4%    |
| Bovino             | 68    | 80    | 17,6%    |
| Total              | 268   | 310   | 15,7%    |
| <b>2. Por país</b> |       |       |          |
| Desenvolvido       | 100,3 | 106,6 | 6,3%     |
| Em desenvolvimento | 161,7 | 203,4 | 25,7%    |

Fonte: OCDE

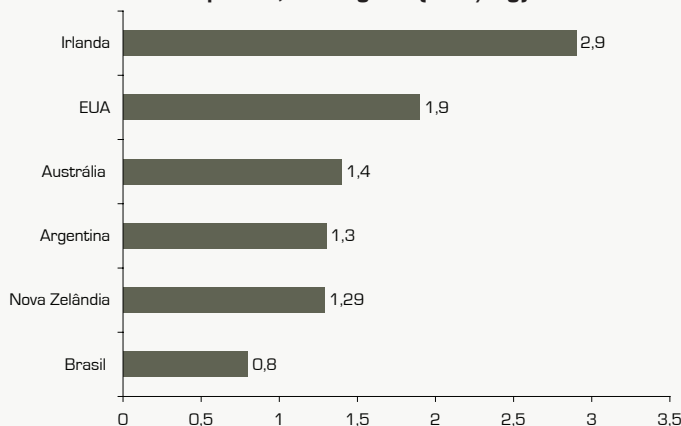
### Mundo: participação dos países na produção de carnes (%)



Fonte: FAO

Além de contar com 90 milhões de hectares para ocupação com gado e mais de 15% das reservas de água natural do mundo, com clima perfeito, o Brasil possui excelente capacidade de produção, em condições de alta competitividade, quando avaliado em termos de custo de produção.

### Mundo: custo de produção do gado (US\$/kg)



Fonte: Abiec

Na verdade, o potencial da cadeia produtiva da pecuária nacional ganhará maior magnitude à medida que tenha capacitação para desenvolver estratégias importantes como:

- Parcerias entre criadores e frigoríficos com foco na produtividade e qualidade;
- Fortalecimento do *marketing* internacional;
- Incorporação dos consumidores de menores classes de renda;
- Valorização da carne natural de animais em pastagens;
- Estimular a produção de novilhos precoces.

Obviamente, para o Brasil ocupar maior espaço no suprimento mundial de carne bovina, existem obstáculos no caminho. Um dos seus principais alvos é a sanidade animal. As nações que começam a ter acesso a essa proteína animal de qualidade podem até colocar em segundo plano as questões de rastreabilidade, meio ambiente e mão-de-obra. Porém, se o tema for doença, a temor é geral.

Nesse sentido, os esforços na área sanitária devem ser canalizados para:

- Um trabalho com imagem e credibilidade positivas;
- Gestão com base no código da Organização Internacional de Epizootias (OIE);
- Controlar as áreas de fronteiras;
- Apresentar informações consistentes e oportunas.

Os critérios de qualidade determinam em grande parte os níveis de comércio de carnes, tanto no âmbito nacional como no comércio exterior. Na busca por resguardar a saúde dos consumidores, assim como a sanidade e bem estar animal, as normas, no contexto:

- Nacional é emanada pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura.
- Internacional é definida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) dentro do Acordo de Medidas da América do Sul.

#### América do Sul: focos de febre aftosa

| País      | 2002  | 2003  | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Argentina | 2.126 | 1     | 0     | 0     | 2     | 0     |
| Bolívia   | 88    | 9     | 19    | 0     | 0     | 0     |
| Brasil    | 0     | 0     | 0     | 34    | 7     | 8     |
| Colômbia  | 8     | 0     | 2     | 1     | 0     | 0     |
| Equador   | 108   | 6     | 42    | 23    | 16    | 11    |
| Guiana    | Livre | Livre | Livre | Livre | Livre | Livre |
| Paraguai  | 0     | 1     | 1     | 0     | 0     | 0     |
| Peru      | 0     | 0     | 0     | 26    | 0     | 0     |
| Uruguai   | 2.057 | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     |
| Venezuela | 9     | 52    | 34    | 13    | 36    | 43    |

Fonte: Giefa

Com relação à rastreabilidade, a montagem um plano de implantação envolve um alto grau de profissionalismo. Esta prática ganha dimensão global e os países importadores, seja pela sua segurança alimentar, ou como barreira técnica, estarão cada vez

mais dispostos a exigí-la. A adesão dos exportadores é de caráter voluntário. O conceito propõe transparência, honestidade e permanente diálogo entre as partes envolvidas na produção, visando à satisfação do consumidor cada vez mais exigente e ao estímulo para aqueles que participam do processo.

A rastreabilidade de um animal consiste no acompanhamento e registro dos eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações ocorridas durante sua vida, desde o momento de seu nascimento ou identificação até seu abate. Ao resgatar o histórico do produto e de seu processo de produção, do campo ao prato, atua como mecanismo fundamental na segurança alimentar da população.

#### Importância da carne brasileira no mundo

|                           |                |              |
|---------------------------|----------------|--------------|
| Rebanhos (cabeças)        | 207 milhões    | 20% do mundo |
| Abate (cabeças/ano)       | 45 milhões     | 18% do mundo |
| Produção (T Eq carcaça)   | 9 milhões      | 17% do mundo |
| Exportação (T Eq carcaça) | 2,4 milhões    | 33% do mundo |
| Parque industrial         | 1.500 unidades |              |

Fonte: CNA

O mercado mundial de carnes passa por transformações significativas. A partir de 2004, o Brasil ultrapassou a Austrália e tornou-se o maior exportador de carne bovina do mundo. Com crescentes ganhos de produtividade, a cadeia produtiva partiu para a conquista de novos mercados, com a geração de superávits na balança comercial brasileira.

#### Fatores conjunturais positivos para o Brasil

- O aparecimento da doença da vaca louca na década passada;
- A redução do rebanho norte-americano;
- Alto custo de produção de carne bovina na Europa;
- Seca na Austrália;
- Registro de focos de febre aftosa na Argentina em 2000.

O fato da taxa de desfrute da pecuária brasileira ser baixa, de 22%, quando comparada com 37% nos Estados Unidos, 34% na União Européia, 32% na Austrália, 29% no Canadá, 28% na Argentina, significa uma oportunidade para melhorar os processos produtivos.

Assim, o aumento na produção de carne bovina envolve investimentos na área de reprodução animal. A produtividade ideal é um intervalo de um ano entre os partos das matrizes, com nascimento de um bezerro a cada 12 meses. Mas, a taxa de eficiência está em 50%. Isso significa um parto a cada 18 meses. O resultado pode ser melhorado com a inseminação artificial e o cruzamento industrial. Atualmente, 94% das matrizes são inseminadas por meio da monta natural, e apenas 6% pelo método artificial.

Brasil, Austrália, EUA e Canadá tendem a manter alta participação nas exportações mundiais de carne bovina. Em relação às importações, os EUA, da Rússia, do Japão e da União Européia aparecem como os principais.

### Brasil: números básicos da pecuária de corte

|   | 2003    | 2004    | 2005    | 2006    | 2007    |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|
| Rebanho Bovino (milhões)                  | 203,5   | 204,5   | 207,2   | 205,9   | 207,2   |
| Taxa de Abate (%)                         | 18,5    | 20,3    | 21,0    | 21,6    | 21,7    |
| Abate (milhões de cabeças)                | 37,6    | 41,4    | 43,1    | 44,4    | 45,0    |
| Produção de Carne (mil t. equiv. carcaça) | 7.700,0 | 8.350,0 | 8.750,0 | 8.950,0 | 9.200,0 |
| Consumo per Capita (kg eq. carc.)         | 36,4    | 36,4    | 36,2    | 36,6    | 36,7    |
| Consumo Interno (mil t. equiv. carcaça)   | 6.462,9 | 6.548,9 | 6.601,0 | 6.780,0 | 6.880,0 |
| Exportação (mil t. equiv. carcaça)        | 1.300,0 | 1.854,0 | 2.197,0 | 2.200,0 | 2.420,0 |
| Importação (mil t. equiv. carcaça)        | 63,7    | 53,3    | 49,2    | 30,0    | 100,0   |
| Exportação (US\$ milhões)                 | 1.509,0 | 2.457,0 | 3.032,0 | 3.800,0 | 4.552,0 |
| Importação (US\$ milhões)                 | 60,2    | 72,2    | 80,2    | 63,0    | 210,0   |

Fontes: SRF/MF, Secex/MDIC, MAPA, Embrapa, IBGE [elaborado pelo Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA - 2007].

Com o avanço em empresas na Argentina, no Paraguai, Uruguai, Chile, nos Estados Unidos, na Austrália e Itália sobre outros países, a indústria brasileira de carne bovina abocanhouna mais da metade das exportações mundiais. O avanço em volume ocorre com a conquista de novos mercados, como Cuba, Malásia e China.

O desafio está em superar a fase da carne *commodity*. O valor agregado à carne deve ser por meio de cortes especiais, como filé *mignon* e contrafilé, produtos que poderão, inclusive, ser enviados de avião para os países importadores. É uma referência de qualidade para o produto nacional participar da cota Hilton.

Por sua vez, existem também chances concretas para o Brasil ocupar espaços nos mercados dos:

- Países europeus, que preferem a carne bovina dos animais criados a pasto, sem uso de anabolizantes. A carne dos Estados Unidos não entra no mercado europeu devido à utilização de hormônios nos animais;
- EUA, se aumentar a criação de bovinos alimentados com grãos. Atualmente, os norte-americanos, país com média de consumo de 35 quilos de carne *per capita* por ano – uma das mais altas do mundo –, só importa do Brasil carne enlatada ou maturada, provenientes de áreas livres da febre aftosa.

Fatores conjunturais ajudaram o Brasil a conquistar a liderança no mercado mundial, tais como:

- O aparecimento da doença da vaca louca na década passada;
- A redução do rebanho norte-americano;
- Alto custo de produção de carne bovina na Europa;
- Seca na Austrália;
- Registro de focos de febre aftosa na Argentina em 2000.

A expressiva inserção do Brasil no mercado internacional da carne bovina provoca mudanças estruturais na indústria frigorífica, com maior profissionalização e modernização da gestão, em termos logísticos, tecnológicos e administrativos.

### Cota Hilton

É uma parcela de exportação de carne bovina sem osso, de alta qualidade e valor, que a União Européia outorga anualmente a países produtores e exportadores de carnes.

Tecnicamente, a cota é coberta por cortes de carne de animais bovinos com:

- Idade entre 22 e 24 meses;
- Dois dentes incisivos permanentes;
- Alimentação exclusivamente a pasto;
- Peso de abate inferior a 460 quilogramas;
- Cortes autorizados a levar a marca **SC** (*Special Cuts*)

Os sete cortes de carne bovina que integram a cota são: *bife angosto, quadril, lomo, nalga, bola de lomo, quadrada e peceto*.

A origem da Cota Hilton provém de um acordo comercial celebrado no âmbito das Negociações Multilaterais Comerciais do Gatt [Acordo Geral de Tarifas e Comércio], na chamada Rodada Tóquio, no ano de 1979, realizada em um hotel da cadeia Hilton (daí a origem de seu nome). Naquela Rodada, a União Européia acordou em atribuir uma cota para exportações de cortes bovinos de alta qualidade ao seu mercado e a outras nações.

### Distribuição da Cota Hilton

| País          | Toneladas     |
|---------------|---------------|
| Argentina     | 28.000        |
| Austrália     | 7.000         |
| Uruguai       | 6.300         |
| Brasil        | 5.000         |
| Nova Zelândia | 300           |
| EUA e Canadá  | 1.500         |
| Paraguai      | 1.000         |
| <b>Total</b>  | <b>49.100</b> |



## Brasil: vantagens competitivas na pecuária de corte

- Escala e posicionamento competitivo.

**Maior exportador de carne bovina (mesmo exportando para menos de 52% do mercado mundial de carne *in natura*);**

**Maior rebanho comercial de gado do mundo;**

**Segundo maior produtor mundial de carne bovina;**

**Terceiro maior consumidor mundial de carne bovina em volume total.**

- Potencial de produção

**Produção brasileira de carne bovina cresceu praticamente 25% nos últimos cinco anos, o quintuplo do mercado mundial.**

**A exportação, produção e o consumo interno da carne bovina brasileira cresceram;**

**Melhoria geral na estrutura industrial;**

**Aprimoramento genético e sanitário do rebanho;**

**Formalização do setor e abertura de novos mercados.**

- Baixo custo de produção

**Condições ambientais favoráveis;**

**Disponibilidade de terras a preços baixos;**

**Preço do gado competitivo;**

**Desenvolvimento tecnológico superior aos seus concorrentes no continente;**

**Economias de escala, geradas pelo alto volume de produção;**

**Qualificação de mão-de-obra contribui para a competitividade global;**

**Melhor aproveitamento do boi, com economias de escala.**

- Criação extensiva e qualidade do produto.

**Predominantemente extensiva;**

**Alimentação de pastagem e ração de origem vegetal;**

**Baixo risco de um surto de BSE;**

**Diversidade de raças para atender demandas específicas nos mercados mundiais;**

**Não contém os hormônios de crescimento utilizados em alguns países.**

tembro de 2007. Uma longa fase de perdas financeiras e de abate de fêmeas.

De fevereiro de 2003 a setembro de 2007, o Custo Operacional Total da atividade acumulou aumento de 43,82%, enquanto o preço da arroba do boi gordo aumentou, em média, apenas 4,5% em valores nominais, segundo o Cepea/Esalq/ USP. Essa grande perda de rentabilidade provocou prejuízo patrimonial foi alta e muitos projetos deixaram de ser concretizados.

A situação ganhou contornos dramáticos. Em março de 2005, os produtores entraram com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A alegação era de que um grupo de frigoríficos adotou uma tabela única de preços para aquisição de boi, o que caracterizaria formação de cartel. Responsáveis por mais da metade da produção de carnes no País, oito frigoríficos foram investigados. Em 21 de agosto de 2006, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) concluiu que as indústrias tabelaram os preços pagos aos pecuaristas. O Cade aplicou multa e contribuição pecuniária.

O período entre 2000 e 2005 foi de extremo crescimento no abate de vacas no País. Sem preços remuneradores, para simplesmente manter-se da atividade, a saída do pecuarista era a venda do rebanho. Entre 2002 e 2004, o abate de vacas cresceu quase 90%. Isso reduziu de forma substantiva a capacidade de reposição do rebanho.

Em 2005, o mercado dava sinais de escassez de bezerro, na medida em que seus preços passaram a subir. Isso significava o fim de um ciclo pecuário e o início do movimento de reposição dos rebanhos. Desde 2006, passou-se a observar uma retração no abate de vacas. A isso também se somou o efeito da redução geral dos abates, por conta da oferta mais enxuta. O cenário ficou positivo para a pecuária

## Brasil: abate de bovinos

| Ano  | Mil cabeças |        | %     |      |
|------|-------------|--------|-------|------|
|      | Vacas       | Bois   | Vacas | Bois |
| 1997 | 4.350       | 7.886  | 36    | 64   |
| 1998 | 3.799       | 8.624  | 31    | 69   |
| 1999 | 4.444       | 9.356  | 32    | 68   |
| 2000 | 4.439       | 9.407  | 32    | 68   |
| 2001 | 4.186       | 10.361 | 29    | 71   |
| 2002 | 4.769       | 11.636 | 29    | 71   |
| 2003 | 6.727       | 11.638 | 27    | 63   |
| 2004 | 8.931       | 12.878 | 41    | 59   |
| 2005 | 10.280      | 13.172 | 44    | 56   |
| 2006 | 11.255      | 14.447 | 44    | 56   |
| 2007 | 10.208      | 15.313 | 40    | 60   |

Fonte: IBGE. Exclui novilho e vitelo

## Conjuntura – Ventos favoráveis

Neste ano, a pecuária de corte nacional manteve o processo de recuperação de renda. Houve uma inversão mais definida da situação que vinha desde 2003. Nesse período, os custos totais de produção da atividade aumentaram 43,88%, enquanto o preço da arroba subiu apenas 4,49%. A perda de renda e a competição com culturas como soja e cana-de-açúcar desestimularam a atividade.

Os criadores ficaram mais de quatro anos na expectativa do movimento de alta do boi gordo registrado entre agosto e se-

Na verdade, após atingir patamares bastante elevados entre 2004 e 2006, a partir de 2007, a participação dos abates de fêmeas em relação aos abates totais começou a ceder. Como alguns plantéis foram literalmente dizimados entre 2002 e 2006, o estoque de vacas diminuiu significativamente. O ano de 2006 é considerado o auge da crise da pecuária, com o menor preço histórico da arroba do boi.

De março de 2007 a fevereiro de 2008, o preço bezerro, de acordo com o Cepea/Esalq/USP, passou de R\$ 397,00 para R\$ 523,00, em Mato Grosso, estado que baliza o mercado. O aumento, superior a 30%, confirma a alta matança de fêmeas ocorrida nos últimos dez anos. A alta no preço do bezerro interfere diretamente e dá firmeza às cotações do boi gordo.

A reposição é difícil e somente ocorre a médio prazo. A vaca retida em 2007 demora um ano para gerar um bezerro. Há ainda mais três anos para o gado ficar pronto. É um ciclo de acima de três anos, e, de boi pronto, quatro anos. A concentração no abates dos bezerras gerados em 2008 será entre 2010 e 2011. Essa conjuntura fortalece os preços da carne.

Os frigoríficos são forçados a tomar decisões no sentido de um agudo ajuste, com ociosidade na capacidade de produção. A queda de escala representa perda na eficiência econômica. Já não será surpresa fechar o ano com queda na produção de carne bovina neste ano.

**Relação de troca: boi gordo e bezerro**



Fonte: Cepea/USP

Alguns frigoríficos, que operam com vacas para abastecer o mercado interno encontram enorme dificuldade para manter as programações de abate. Alguns até pararam de abater.

Com a significativa expansão dos frigoríficos exportadores, mediante aquisições, fusões e ampliações de plantas, a tendência é crescer a participação dos abates formais.

Do lado externo, a Austrália passou pela maior estiagem dos últimos 60 anos, a Argentina teve casos de aftosa e os Estados Unidos enfrentaram o mal da vaca louca e ainda não conseguiram recuperar a força que tinham no comércio internacional.

Se a crise internacional não levar a uma queda na renda e retração do consumo, com a possibilidade da União Européia voltar ao mercado comprador, a carne continuará a se valorizar ante a sua oferta enxuta.

O cenário é favorável. O País prossegue líder nas exportações mundiais de carne bovina. Seus principais concorrentes enfrentam problemas para aumentar a oferta, como Argentina, Austrália, Estados Unidos e União Européia.

## Confinamento

### Sondagens indicam recuos

A intenção de confinamento no Brasil, para 2008, segundo Pesquisa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) feita com seus associados, revela um aumento de somente 1,1% (547.665 animais), em relação ao mesmo período do ano passado. A entidade representa cerca de um quinto dos animais confinado no País.

O levantamento foi realizado na segunda quinzena de setembro, as entrevistas envolveram 47 associados da Assocon em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Ao comparar o resultado com a pesquisa anterior, realizada no mês de agosto, constata-se uma redução de 5,3%. Se a comparação for feita com a primeira pesquisa de 2008, realizada em março, a queda é ainda maior, de 17,3%.

Dentre as razões citadas pelos pecuaristas para esses recuos destacam-se:

- Os altos custos dos insumos;
- A dificuldade para aquisição de bois magros, juntamente;
- Sinalização de queda no valor da arroba para os principais meses de venda (setembro e outubro).

Diante dos preços pouco atrativos apontados pelo mercado para o início do segundo semestre, uma parte dos abates migrou de agosto, setembro e outubro para novembro e dezembro.

Em escala global, os confinamentos no Brasil são muito competitivos nos dois maiores itens de custo, alimentação e o preço do boi magro. O sistema apareceu na década de oitenta. O objetivo era tirar vantagem das fortes diferenças de preço entre a safra e a entressafra. Agora, a expansão é ditada pela maior na oferta de grãos e seus subprodutos nas áreas contíguas às criações.

Com uma participação inferior a 5% do rebanho abatido, o confinamento tem espaço para crescer. É importante manter o fluxo da oferta de gado com qualidade e habilitado à exportação nos meses da entressafra. Mas, muitas vezes, a dependência de grandes quantidades de volumoso atrapalha a implantação de macro projetos. Outro ponto é a disponibilidade de capital para a aquisição dos animais, do concentrado e do volumoso.

## Exportação cai em 2008

Desde 2001, quando foram embarcadas 901 mil toneladas, as exportações brasileiras crescem e registram seguidos recordes. Com passos largos, o país se consolidou nos últimos anos como o maior exportador mundial

Com avanço considerável no controle da febre aftosa, o rebanho brasileiro teve aumento de produtividade. Com o maior rebanho bovino comercial do mundo, graças à sua eficiência na produção, o setor pôde satisfazer o aumento da demanda do mercado externo.

O cenário favorável externo, aliado ao potencial de produção, levou o Brasil a assumir a liderança mundial nas exportações de carne bovina, com venda para mais de 170 países em todo o mundo. É o maior fornecedor para mercados como a União Européia e a Rússia.

Neste ano, as exportações de carne bovina do Brasil deverão fechar com uma queda de cerca de 20% em volume, na comparação com 2007, para aproximadamente 2 milhões de toneladas (equivalente carcaça). As restrições impostas pela União Européia e a alta de preços freiam o consumo mundial. Em contrapartida, as divisas obtidas com as exportações devem crescer 10%.

A redução nas vendas para a União Européia, que limitou no começo do ano o número de fazendas fornecedoras de gado para os frigoríficos exportadores, afetou o desempenho das exportações nacionais. Houve uma redução nas exportações de carne *in natura* para os Países Baixos, a Itália e o Reino Unido, os principais clientes do Brasil integrantes da UE.

No acumulado do primeiro semestre, as exportações brasileiras foram, em:

- Volume, 968,5 mil toneladas, queda de 19% em relação ao primeiro semestre de 2007;
- Receita, US\$ 2,06 bilhões, alta de 10,4% na mesma comparação.

Nos primeiros seis meses do ano, as exportações de carne *in natura* para os principais clientes do Brasil integrantes da UE – Países Baixos, Itália e Reino Unido – caíram, respectivamente, 43 %, 62% e 39% . Isso representa um efeito a curto prazo importante na redução do volume total da exportação brasileira.

### Manutenção da liderança

Apesar da queda expressiva em volume, a Abiec avalia que os preços limitam o consumo no mercado mundial. Mesmo assim, o País deve manter a sua posição de liderança nas exportações, à frente da Austrália.

Diante do aumento significativo de preço que a carne teve nos últimos meses, estimado pela Abiec em 10%, é pouco provável algum produtor concorrente ter crescido em volume e ganho de

participação sobre o Brasil.

Não há previsão de quando o Brasil voltará a exportar os volumes normais para a UE. A maior adesão de criadores de gado ao sistema de rastreabilidade exigido pelos europeus tem sido uma boa notícia.

Cerca da metade do mercado mundial de carne bovina, que movimenta anualmente 7 milhões de toneladas entre exportações e importações, está concentrada nas empresas brasileiras. Iniciado em 2005, o movimento de internacionalização do setor ganhou força dois anos depois, quando a JBS fez nove aquisições, entre as quais as americanas Swift, National Beef e Smithfield Beef e a australiana Tasman. O Marfrig realizou nove aquisições, enquanto o Bertin fez duas compras.

A alta nos preços é internacional, com custos maiores de produção em função dos grãos mais caros, matéria-prima importante em países com criação intensiva. Com produção extensiva (pasto), apesar de sofrer menos esse efeito, o Brasil atravessa coincidentemente um ciclo de baixa na oferta de animais, após um logo período de abate de matrizes e preços baixos.

## Potencial de crescimento

As vantagens comparativas do Brasil sobre os seus principais concorrentes no comércio mundial permitiram um substancial crescimento das suas exportações sobre a produção. Entre os principais países importadores de carne bovina brasileira estão Rússia, Egito, Estados Unidos, Reino Unido, Hong Kong, Itália e Países Baixos.

A diversificação nos destinos foi impulsionada, em grande parte, pela crise da doença da vaca louca na União Européia e nos Estados Unidos. Ao ampliar a pauta de exportações no agronegócio, o Brasil garante a importância da cadeia produtiva da pecuária de corte.

No *ranking* dos países importadores de carne *in natura*, além da Rússia, que está em primeiro lugar, aparece em segundo lugar a Venezuela, com crescimento significativo. Com relação à compra de carne industrializada, apesar da suspensão temporária das importações do produto brasileiro, os Estados Unidos continuam como líderes em receita cambial.

A Abiec assinou convênio com a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimento – Apex Brasil. O valor do convênio é de R\$ 7 milhões e prevê a participação em feiras, realização de *workshops*, convite a jornalistas estrangeiros para conhecerem a cadeia produtiva da carne no Brasil e visita de compradores. Na programação constava a participação nas Feiras de Moscou e Sial Paris, ocorridas nos últimos meses de setembro e outubro, respectivamente.



Essa combinação de variáveis na ponta da cadeia coloca algumas prioridades para os criadores. O mercado está muito mais exigente. É o momento de aproveitar o ciclo de preços altos do boi gordo e receber bonificações por qualidade, com a oferta de animais aos frigoríficos:

- Jovens: no máximo 30/36 meses de idade;
- Pesados: entre 16 e 22 arrobas;
- Com bom rendimento de carcaça.
- Cobertura de gordura (3 mm ou mais).

#### Brasil: confinamento de bovinos

| Estado             | Quantidade     |
|--------------------|----------------|
| São Paulo          | 56.247         |
| Goiás              | 302.742        |
| Mato Grosso do Sul | 35.920         |
| Mato Grosso        | 110.400        |
| Minas Gerais       | 36.856         |
| Paraná             | 5.500          |
| <b>Total</b>       | <b>547.665</b> |

Fonte: Assocon

#### Brasil: exportações de carne bovina (US\$ milhões)

| Ano  | In natura | Industrializada | Outras | Total |
|------|-----------|-----------------|--------|-------|
| 2000 | 503       | 252             | 58     | 814   |
| 2001 | 739       | 252             | 58     | 1.049 |
| 2002 | 776       | 299             | 69     | 1.144 |
| 2003 | 1.155     | 338             | 97     | 1.590 |
| 2004 | 1.963     | 447             | 115    | 2.525 |
| 2005 | 2.419     | 525             | 116    | 3.060 |
| 2006 | 3.135     | 654             | 135    | 3.923 |
| 2007 | 3.486     | 694             | 245    | 4.425 |

Fonte: MDIC/Secex - 1º semestre

#### Brasil: exportações de carne bovina (mil toneladas)

| País          | 2007           | 2008           | Var %      |
|---------------|----------------|----------------|------------|
| Rússia        | 233.851        | 205.883        | -12        |
| Hong Kong     | 43.971         | 82.850         | 88         |
| Venezuela     | 22.306         | 41.964         | 88         |
| EUA           | 34.067         | 26.443         | -22        |
| Egito         | 110.289        | 45.413         | -58        |
| Países Baixos | 33.968         | 19.203         | -43        |
| Reino Unido   | 48.066         | 30.072         | -37        |
| Itália        | 38.694         | 14.574         | -62        |
| Irã           | 31.008         | 25.003         | -19        |
| Outros        | 271.202        | 209.950        | -23        |
| <b>Total</b>  | <b>868.427</b> | <b>702.360</b> | <b>-19</b> |

Fonte: MDIC/Secex - 1º semestre

Para conseguir animais com essa configuração, um dos pontos-chave está no uso da boa genética. Com uma escolha criteriosa dos reprodutores (machos e fêmeas), o gado chegará às condições exigidas pelos frigoríficos no momento adequado. A probabilidade de lucro é bem maior pois os animais ficarão na fazenda menos tempo, consumirão menor quantidade de alimentos e não pressionarão os custos.

#### Brasil: exportações de carne bovina (US\$ mil)

| País          | 2007             | 2008             | Var. (%)   |
|---------------|------------------|------------------|------------|
| Rússia        | 729.818          | 447.556          | -39        |
| Hong Kong     | 229.689          | 83.273           | -64        |
| Venezuela     | 155.010          | 58.253           | -62        |
| EUA           | 142.719          | 164.085          | 15         |
| Egito         | 127.519          | 199.735          | 57         |
| Países Baixos | 117.990          | 174.443          | 48         |
| Reino Unido   | 110.999          | 153.255          | 38         |
| Itália        | 89.593           | 168.871          | 88         |
| Irã           | 83.755           | 69.621           | -17        |
| Outros        | 716.463          | 607.062          | -15        |
| <b>Total</b>  | <b>2.503.561</b> | <b>2.216.160</b> | <b>-11</b> |

Fonte: Secex

## Mercado Mundial – Ciclo de baixa na produção

Conforme as estatísticas do USDA, o rebanho bovino mundial fechou o exercício de 2007 com ao redor de 996 milhões de cabeças. Em relação a 2006, a taxa de crescimento ficou nos patamares de anos recentes, com menos de 1%. Em 2008, o tamanho do plantel deverá sofrer um tênue recolhimento.

Em termos de países, o tamanho do rebanho não avança nos mercados tradicionais como EUA, UE, Argentina e Austrália. Os maiores crescimentos são registrados na Índia, no Brasil e na China.

O comportamento da produção deve acompanhar o mesmo ritmo apresentado pelo tamanho do rebanho. De 2004 a 2007, houve um crescimento de 6%, mas neste ano deverá haver um recuo no volume. Os pontos que chamam atenção são:

- A fraca recuperação dos EUA, após o registro do mal da vaca louca (BSE), em 2004;
- O consumo interno aquecido e exportações em alta no Brasil;
- O crescimento econômico e maior demanda pela China.

Os EUA, o Brasil, a União Europeia e a China são os maiores produtores mundiais de carne bovina. Os EUA são também grandes consumidores e os maiores importadores mundiais.

**Mundo: rebanho bovino (milhões de cabeças)**

| País               | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  | 2008 <sup>1</sup> |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------------------|
| Índia <sup>2</sup> | 283,1 | 282,5 | 282,3 | 282   | 281,7             |
| Brasil             | 165,5 | 169,6 | 173,8 | 180,3 | 187,2             |
| China              | 134,7 | 137,8 | 140,4 | 139,4 | 140,1             |
| Estados Unidos     | 94,9  | 95,4  | 96,7  | 97,0  | 96,9              |
| União Européia     | 90,4  | 89,3  | 89,3  | 88,3  | 87,8              |
| Argentina          | 50,8  | 50,2  | 50,2  | 51,2  | 51,3              |
| Austrália          | 26,6  | 27,3  | 27,8  | 28,6  | 28,4              |
| México             | 28,4  | 27,6  | 26,9  | 26,3  | 26,2              |
| Rússia             | 22,3  | 21,1  | 19,8  | 19,0  | 18,3              |
| Canadá             | 13,6  | 13,5  | 13,8  | 13,9  | 14,2              |
| África             | 14,5  | 14,9  | 14,7  | 14,1  | 13,7              |
| Outros             | 61,4  | 58,0  | 57,0  | 55,8  | 49,6              |
| Total              | 986,2 | 987,2 | 992,8 | 996,0 | 995,4             |

1 Estimativa. 2 Rebanho não-comercial. Fonte: USDA

**Produção mundial de carne bovina (toneladas equivalentes carcaça)**

| País               | 2004   | 2005   | 2006   | 2007   | 2008 <sup>1</sup> |
|--------------------|--------|--------|--------|--------|-------------------|
| Estados Unidos     | 11.261 | 11.318 | 11.981 | 11.969 | 11.911            |
| Brasil             | 7.975  | 8.592  | 9.020  | 9.470  | 9.850             |
| China              | 6.759  | 7.115  | 7.492  | 7.850  | 8.065             |
| União Européia     | 8.245  | 8.090  | 8.060  | 8.000  | 7.900             |
| Argentina          | 3.130  | 3.200  | 3.100  | 3.175  | 3.125             |
| Índia <sup>2</sup> | 2.130  | 2.250  | 2.375  | 2.500  | 2.655             |
| México             | 2.099  | 2.125  | 2.175  | 2.200  | 2.215             |
| Austrália          | 2.081  | 2.102  | 2.183  | 2.261  | 2.100             |
| Rússia             | 1.590  | 1.525  | 1.430  | 1.380  | 1.370             |
| Canadá             | 1.496  | 1.523  | 1.391  | 1.345  | 1.300             |
| África             | 655    | 679    | 725    | 670    | 680               |
| Outros             | 3.906  | 3.935  | 3.802  | 3.669  | 3.380             |
| Total              | 51.327 | 52.454 | 53.734 | 54.489 | 54.551            |

1 Estimativa. 2 Rebanho não-comercial. Fonte: USDA

Nas transações internacionais, o impulso vinha da demanda aquecida de países em desenvolvimento e da recuperação do consumo, em especial na Coreia do Sul e Japão. Os mercados asiáticos ficaram mais abertos aos EUA, ao Canadá e à Austrália. Agora, como a crise financeira internacional impacta de forma negativa a economia mundial, a demanda deverá evoluir mais moderadamente.

As maiores importações de carne bovina, principalmente de produtos de alta qualidade oriundos de animais alimentados com grãos, por países desenvolvidos como Japão e Coreia, serão direcionadas pela falta de capacidade para aumentar a produção doméstica.

Em contraposição, do lado da oferta, há problemas de seca, alta de custos com milho para criação intensiva e de menor oferta. Com a Austrália, os Estados Unidos e a Argentina perto do limite da capacidade produtiva, o balanço do mercado mundial continuará bem ajustado.

O Brasil, maior exportador de carne bovina do mundo, sem novos focos de febre aftosa, conta com condições favoráveis para crescer nos mercados emergentes e um pouco no europeu. Neste ano, além da queda no volume de carne bovina exportada, pode ocorrer uma pequena variação negativa na produção.

**Mundo: participação no mercado de carne bovina (%)**

| País           | 2002 | 2007 |
|----------------|------|------|
| Brasil         | 16%  | 33%  |
| Estados Unidos | 17%  | 8%   |
| Austrália      | 21%  | 19%  |
| Canadá         | 9%   | 6%   |
| Nova Zelândia  | 8%   | 19%  |
| União Européia | 8%   | 7%   |
| Outros         | 21%  | 28%  |

Fonte: USDA

A Argentina enfrenta uma crise com pecuaristas e há restrições internas às exportações. O Uruguai e o Paraguai, com pouca disponibilidade de área, estão próximos do limite da produção.

**Mundo: maiores exportadores e importadores de carne bovina (2007)**

| Exportadores  |     | Importadores  |     |
|---------------|-----|---------------|-----|
| País          | %   | País          | %   |
| Brasil        | 33  | EUA           | 19  |
| Austrália     | 18  | Rússia        | 14  |
| Índia         | 9   | Japão         | 9   |
| EUA           | 8   | UE            | 9   |
| Argentina     | 7   | México        | 6   |
| Nova Zelândia | 6   | Coreia do sul | 4   |
| Canadá        | 6   | Egito         | 4   |
| Uruguai       | 5   | Canadá        | 3   |
| Paraguai      | 2   | Venezuela     | 3   |
| Outros        | 6   | Outros        | 29  |
| Total         | 100 | Total         | 100 |

Fonte: USDA

A possibilidade da Índia e da África se tornarem competidores do Brasil no mercado mundial de carne bovina é questão de médio e longo prazos. As questões religiosas da Índia tornam difíceis sua possibilidade de alcançar o Brasil. Já a África, mesmo com largas extensões de terra e condições climáticas para a expansão da produção pecuária, depois de anos de guerra civil, começa só agora a recuperar seu rebanho e a retomar a produção de carne.

Com crescimento na produção de carne bovina ao longo dos últimos dez anos, a China caminha para se tornar o terceiro maior produtor de carne bovina do mundo, atrás dos EUA e

do Brasil. A produção é praticamente voltada para o consumo interno. Em 2006, a produção foi de 7,5 milhões de toneladas de carne bovina. Em 2008, as expectativas são de uma produção de 8 milhões de toneladas.

### Uruguai – Busca da qualidade

Com território pequeno, a prioridade será a sanidade animal e gerar carne de boa qualidade, em vez de ter uma produção em larga escala. Com uma produção em torno de 600 mil toneladas de carne, mais de 80% são destinadas à exportação. O restante vai para o consumo interno, de 50 quilos *per capita* por ano. Como fornecedor complementar, o país pode limitar a quantidade produzida e aumentar a qualidade do produto.

A proibição do uso de hormônios de crescimento e restrições à aplicação de antibióticos, além do uso de pastagens naturais, são fatores que contribuem para a boa imagem da carne. Com sistema eletrônico, denominado de “caixa preta”, obrigatório desde 2006 para identificar e registrar os animais, o Uruguai deverá estar com rastreabilidade completa até o ano de 2010.

### Argentina – Exportações limitadas

Depois de bater recorde de vendas no exterior em 2005, em março de 2006, o governo anunciava a suspensão do embarque de carne por 180 dias. Considerado um dos principais itens impulsionadores da inflação no país, o motivo da medida foi aumentar a sua oferta no mercado interno e forçar a queda do preço. A medida gerou forte reação na cadeia de carne argentina.

Outra justificativa foi de que diante da febre aftosa no Brasil, e o medo da febre aviária na Europa, a demanda mundial pela carne argentina aumentou. No mercado interno a oferta caiu, os preços subiram e provocaram inflação.

Em 1º de junho de 2006, o governo argentino permitiu a remessa para o exterior de até 40% da quantidade de carne exportada no segundo semestre de 2005, para retomar suas vendas externas. O resultado foi uma queda significativa nas exportações do ano. Os produtores argentinos reduziram seus investimentos em US\$ 300 milhões em 2006 - queda de 33% em relação ao ano anterior - de acordo com a Sociedade Rural Argentina.

Em abril de 2007, as exportações argentinas de carne bovina voltaram a ser proibidas para conter os preços internos. O produto tinha sido liberado no final do ano passado, mas com a pressão dos preços sobre a inflação, o governo decidiu colocar barreiras novamente.

Depois, em junho de 2007, o governo estendeu a cota exportável fixada no equivalente a 50% da média mensal do volume exportado em 2005. Isso significa que o país pode exportar por ano em torno de 500 mil toneladas de carne bovina. No acumulado do ano, as exportações tiveram um novo recuo.

Neste ano, em primeiro de abril, o governo suspendeu os embarques, para, em 18 de abril, liberar as exportações de carne bovina e aumentar a cota permitida de 500 mil para 550 mil toneladas anuais. Em troca, os dirigentes das entidades rurais tiveram de assinar um acordo que garante o abastecimento doméstico com preços acessíveis.

As intervenções governamentais não se limitam às exportações. Os preços controlados envolvem uma lista dos 13 cortes mais populares. O setor produtivo considera as intervenções oficiais prejudiciais à produção, e sem conseguir o efeito esperado. A informalidade no setor de carne bovina impede a quantificação exata da oferta e o controle da cadeia de produção e comercialização. De 2005 a 2007, 3 milhões de hectares de pastagens foram ocupados pela soja.

Com 51,3 milhões de cabeças de gado em 2007, a Argentina possui o quarto maior rebanho no mundo para fins comerciais. Atualmente, é a quarta maior exportadora de carne bovina no mundo, com uma participação de 7% no total das exportações, atrás do Brasil, da Austrália e dos EUA.

Dados da Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca, na sigla em espanhol), que controla o setor agropecuário no país, mostram que o abate atingiu quase 15 milhões de cabeças em 2007, contra 13 milhões em 2006. As exportações do produto chegaram a 539 mil toneladas em 2007, sendo 4,6% inferior às de 2006. Contudo, a receita foi de US\$ 1,28 milhão, 6,8% maior que a obtida em 2006, devido ao aumento de preços nos cortes resfriados.

#### Argentina: produção e exportação de carne bovina (mil toneladas)

| Ano  | Produção [1] | Exportação [2] | [2]/[1]% |
|------|--------------|----------------|----------|
| 1991 | 2.854        | 407            | 14,27    |
| 1992 | 2.723        | 297            | 10,91    |
| 1993 | 2.787        | 281            | 10,09    |
| 1994 | 2.762        | 377            | 13,64    |
| 1995 | 2.688        | 520            | 19,35    |
| 1996 | 2.694        | 477            | 17,69    |
| 1997 | 2.172        | 438            | 16,14    |
| 1998 | 2.469        | 296            | 11,98    |
| 1999 | 2.719        | 348            | 12,78    |
| 2000 | 2.719        | 342            | 12,58    |
| 2001 | 2.489        | 153            | 6,13     |
| 2002 | 2.526        | 351            | 13,90    |
| 2003 | 2.664        | 392            | 14,71    |
| 2004 | 3.024        | 631            | 20,87    |
| 2005 | 3.131        | 771            | 24,64    |
| 2006 | 3.044        | 565            | 18,62    |
| 2007 | 3.218        | 539            | 16,76    |

Fonte: USDA



Houve um recuo de 22% das exportações do período 2006 a 2007, comparadas às do biênio 2004 e 2005, por causa das intervenções oficiais.

A exportação média da Argentina entre 2004 e 2005 foi de 700 mil toneladas. A quantidade é quase o dobro da média exportada desde 1991 até 2003. Na média, no biênio 2006/2007 a exportação foi de 552 mil toneladas, bem acima da do período compreendido entre 1991 e 2003.

Na década de noventa, a Argentina embarcava, em média, 13,4% de sua produção. Essa participação aumentou entre 2004 e 2005 para 22,75%. Como, posteriormente, vieram as restrições, houve redução para 18%.

Desde o final dos noventa, o abate de fêmeas avançou de 40% para 50% do total. Esse aumento é apontado como resultado do desestímulo ao investimento pela falta de uma política governamental clara para o setor. Um abate entre 20% e 25% de vacas é considerado reposição, descarte das matrizes que não servem, para renovação do plantel com novas crias nascidas ou compradas de terceiros.

## Austrália – Anos de seca

A Austrália, segundo maior exportador de carne bovina do mundo, exporta mais de 65% de toda a sua produção. A criação padece por causa da seca que assola várias regiões do país, com mais ou menos intensidade, desde 2002. O número de cabeças de gado, entre animais de corte e de leite, não mostra evolução.

O confinamento acontece o ano todo. São, em média, 2,4 giros sobre a capacidade instalada de 1,1 milhão de cabeças. Cerca de um terço do abate sai de confinamentos.

Neste ano, em relação a 2007, as exportações deverão cair, em milhões de toneladas de equivalente carcaça, de 1.410 para 1.270. O custo de produção elevado e a valorização da moeda tiram competitividade das exportações. A maior parte das vendas externas de carne bovina da Austrália tem como destino o Japão. Outros clientes relevantes são os EUA, a Coreia do Sul e Taiwan. A estratégia é diversificar e encontrar novos mercados emergentes, como a Indonésia e a China.

Os exportadores de carne bovina da Austrália têm recebido um aumento de pedidos de vários países, em meio a problemas e ofertas menores na Argentina, no Brasil e Uruguai. Os pedidos estão vindo de países europeus, Oriente Médio, norte da África, Sudeste Asiático e Rússia.

Um trabalho agressivo de venda teve como foco o mercado da Rússia. Com a recente crise de crédito e a queda no dólar australiano, os importadores desistem de renegociar contratos feitos com a moeda com valor mais alto para produtos em trânsito.

Além disso, após as altas importações da América do Sul e a desvalorização da moeda russa (rublo) ante o dólar dos EUA, os produtos acumulam-se, congestionando os portos russos. Os importadores encontram dificuldades para obter crédito e cumprir os contratos existentes ou comprar novos produtos.

## Estados Unidos – Recuperar as exportações

Após a constatação de um único caso de vaca louca, no final de 2003, no estado de Washington, mais de 70 países suspenderam suas importações de carne dos EUA, inclusive seus dois grandes mercados: a Austrália e o Japão.

No final de 2005, o governo japonês amenizou o embargo. Antes do embargo, o Japão era o principal importador dos EUA, com uma compra anual de US\$ 1,4 bilhão.

O confinamento ocorre durante todo o ano. A média de giro sobre a capacidade instalada de 12 milhões de cabeças é de 2,5. Mais de 65% do abate nacional saem dos 2.165 confinamentos, todos eles acima de 1.000 cabeças.

As exportações ao Japão e à Coreia serão reconstruídas nos próximos dez anos, mas não atingirão os níveis pré-EEB. Já as importações deverão aumentar moderadamente, especialmente da Austrália e Nova Zelândia.

Nos EUA, neste ano, há uma redução nos confinamentos por causa do aumento dos custos de produção, ante a valorização do milho, que é usado também na produção de etanol. Os nortes-americanos buscam acesso a importantes mercados da Ásia. Sem proibições, as exportações para Coreia do Sul envolvem aspectos meramente comerciais. Já as vendas para o Japão estão prejudicadas pelas restrições na idade do animal, de 20 meses ou menos, e pelo processo de verificação da idade. Tem havido um grande sucesso no Hemisfério Ocidental. As exportações de carne bovina dos EUA ao México e ao Caribe ultrapassam os níveis de 2003.

### EUA: rebanho, abate e taxa de desfrute (milhões de cabeças)

| Ano  | Rebanho | Abate | Taxa |
|------|---------|-------|------|
| 1990 | 95,82   | 33,24 | 34,7 |
| 1991 | 96,39   | 32,69 | 33,8 |
| 1992 | 97,56   | 32,87 | 33,7 |
| 1993 | 99,18   | 33,32 | 33,6 |
| 1994 | 102,97  | 34,20 | 33,9 |
| 1995 | 102,79  | 35,64 | 34,7 |
| 1996 | 103,55  | 36,58 | 35,3 |
| 1997 | 101,66  | 36,32 | 35,7 |
| 1998 | 99,77   | 35,47 | 35,5 |
| 1999 | 99,12   | 36,15 | 36,5 |
| 2000 | 98,20   | 32,25 | 32,8 |
| 2001 | 97,31   | 35,37 | 36,3 |
| 2002 | 97,28   | 35,74 | 36,7 |
| 2003 | 96,10   | 35,49 | 36,9 |
| 2004 | 94,89   | 32,73 | 34,5 |
| 2005 | 95,85   | 32,29 | 33,8 |
| 2006 | 96,70   | 33,68 | 34,8 |
| 2007 | 96,00   | 32,60 | 33,9 |

Fonte: USDA

As exportações para o Sudeste Asiático aumentam. Os maiores envios são para o Vietnã e Taiwan, embora um massivo volume de carne bovina dos EUA tenha sido re-exportado do Vietnã ao sul da China. As exportações na região concorrem com o mercado de carne com osso da Coreia do Sul. Na Malásia, há uma recuperação no comércio, com a expansão dos setores de *foodservice*.

Apesar de embargos parciais por importantes compradores, relacionados a doenças, como União Européia (UE) e Rússia, as exportações de carne bovina continuam e são parcialmente sustentadas por novas oportunidades no Oriente Médio (Egito, Irã e Arábia Saudita). As vendas para esses mercados não-tradicionais têm compensado um declínio nas vendas à UE e o acesso limitado ao mercado russo.

### União Européia – Perda de competitividade

Na União Européia, a produção de carne bovina, em milhões de toneladas de equivalente carcaça, declinou de 8,2 para 7,0 entre 2003 e 2008. Com o consumo e exportação praticamente estáveis, respectivamente, de 8,5 milhões de toneladas e 175 mil toneladas, as importações necessárias para complementar o abastecimento interno são estimadas em 750 mil toneladas.

Em 2007, o Brasil foi o maior fornecedor para a União Européia, respondendo por 70% das compras externas do bloco.

#### União Européia: balanço de oferta e demanda de carne bovina (mil toneladas em equivalente carcaça)

| Ano    | Produção | Consumo | Exportação | Importação |
|--------|----------|---------|------------|------------|
| 2003   | 8304     | 8596    | 438        | 549        |
| 2004   | 8245     | 8582    | 363        | 641        |
| 2005   | 8090     | 8550    | 253        | 711        |
| 2006   | 8060     | 8561    | 216        | 717        |
| 2007*  | 8000     | 8550    | 175        | 725        |
| 2008** | 7900     | 8475    | 175        | 750        |

Fonte: USDA

\* Preliminar; \*\* Previsão

Embora coloque obstáculos à entrada da carne bovina brasileira, como quotas e tarifas *ad valorem* e específica (12,8% + 3.040 euros por tonelada) de importação, que correspondem a mais de 150% sobre o preço final do produto exportado, o Brasil tem conseguindo aumentar suas entregas para o bloco.

O déficit de abastecimento de carne bovina na UE é crônico pela perda de eficiência econômica de seus sistemas de produção. O preço recebido pelo criador, com a inclusão dos subsídios pagos pelo governo, não cobre o custo efetivo de produção (gastos mensais de produção, sem considerar a depreciação dos investimentos fixos).

Até 2014, a UE prevê queda na produção (7,6 milhões de toneladas) e nas exportações (65 mil toneladas), mas um aumento no consumo *per capita* de carne de 84,5 quilos para 87,2 quilos. A dependência em relação à carne sul-americana aumentará.

### UE: importação de carne bovina in natura do Brasil

| Ano  | Mil toneladas | US\$ milhões |
|------|---------------|--------------|
| 2000 | 104           | 338          |
| 2001 | 125           | 341          |
| 2002 | 128           | 353          |
| 2003 | 163           | 496          |
| 2004 | 224           | 890          |
| 2005 | 295           | 914          |
| 2006 | 314           | 1.160        |
| 2007 | 195           | 1.087        |

Fonte: Secex/MDIC

## Impacto da crise

Alcides de Moura Torres Junior\*

Fabiano Tito Rosa\*\*

Maria Gabriela O Tonini\*\*\*

Na pecuária brasileira, os efeitos diretos da crise financeira mundial envolvem principalmente as exportações, a desaceleração dos investimentos e a falta de capital de giro para algumas indústrias do setor por conta da falta de crédito.

Para começar, os contêineres de carne bovina parados nos portos da Rússia, à espera por novas negociações: sem crédito, os importadores querem redução de preço e prazos de pagamento mais largos.

Depois, notícias dos importadores de carne bovina brasileira: europeus renegociarem, por exemplo, a tonelada do contra-filé brasileiro de US\$11,0 mil para US\$9,0 mil.

Ao mesmo tempo, no mercado interno, a oferta de animais para o abate continuava pequena, com os preços do boi gordo em alta. É um momento de ajuste produtivo, depois de anos de preços baixos e diminuição do rebanho, com significativo investimento na capacidade industrial do País. Se a produção diminuiu, a demanda por bovinos aumentou.

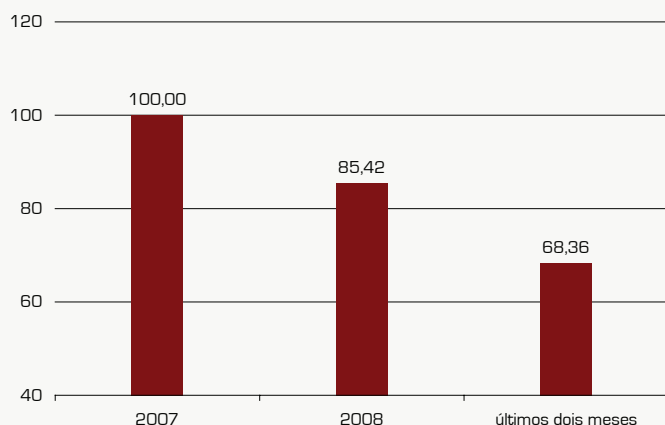
Com preços firmes e dificuldade na compra do boi gordo, mais os problemas com os compradores internacionais, os frigoríficos literalmente “pisaram no freio”, deram férias coletivas para diminuir a pressão sobre a necessidade de compra dos animais, aliviar os estoques, e aguardar por novidades, para então definir novas estratégias.

### Efeitos no abate

O abate de bovinos em 2008 deve ser menor que 7,0% se comparado ao de 2007. No primeiro semestre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve redução de 5,6% no abate nacional de bovinos, comparando-se ao mesmo período de 2007. Em função das recentes paralisações de frigoríficos, a queda pode ser mais significativa até o final do ano.

Os frigoríficos trabalham com capacidade ociosa ao longo de 2008, e, nos últimos dois meses, os abates caíram ainda mais.

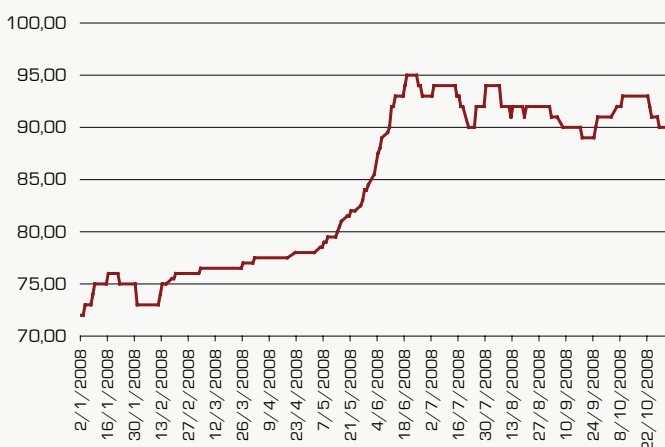
### Brasil: índice de abate de bovinos nos principais frigoríficos brasileiros (2007=100)



Fonte: Scot Consultoria

Para exemplificar, se a necessidade de compra de bovinos era de 71,0 mil cabeças por dia, hoje a demanda está em 48,5 mil cabeças por dia. O encolhimento da demanda tem possibilitado estabilidade e até queda de preço da arroba.

### São Paulo (Barretos): preços do boi gordo (R\$/@)



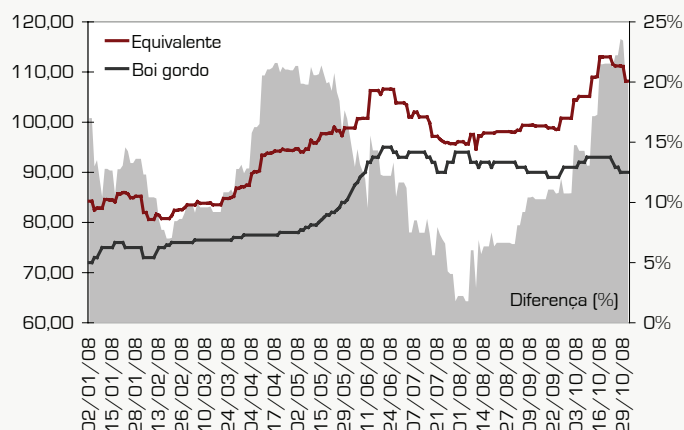
Fonte: Scot Consultoria

Até agora, com oferta pequena, concentrada em animais dos próprios frigoríficos, além do gado negociado a termo, os compradores conseguiram conter a alta dos preços. A pressão de alta so não é maior por causa da saída (momentânea ou não) de alguns frigoríficos do mercado.

Outro motivo para os frigoríficos diminuírem o ritmo de abates foi a queda da margem entre o pagamento pelo boi gordo e o recebimento pela carne e subprodutos.

Assim, cresceu a relação de troca entre o preço do boi gordo e a cotação do Equivalente Desossa (indicador da receita obtida pelo frigorífico com a venda de carne sem osso, couro, sebo e todos os miúdos, derivados e subprodutos bovinos no mercado interno).

### Relação entre o preço do boi gordo e valor do Equivalente Desossa (R\$/@)



Fonte: Scot Consultoria

O pior momento aconteceu entre meados de junho e de setembro, quando a diferença esteve, na média, abaixo de 12,5%. Para 2009, pouca mudança deve ocorrer em termos de oferta. O rebanho está em reestruturação e o mercado ainda deve trabalhar ajustado, mantendo as cotações próximas dos níveis atuais.

### Perspectivas de consumo e venda de carne

A crise pode afetar a evolução do consumo de carne. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um crescimento de 3% na economia mundial, queda de 0,9 % em relação à última projeção, realizada em julho. Um crescimento mais moderado em relação aos últimos dois ou três anos.

Essa conjuntura menos favorável ao consumo, junto com as restrições de crédito, deve levar os compradores a renegociar preços e prazos, o que, de fato, já está ocorrendo.

Se a demanda cresce menos, a Europa, com produção em queda, dificulta a importação da carne bovina brasileira. A Austrália produz menos, em função da seca e do aumento dos custos. A questão dos custos altos também afeta a produção norte-americana. A Argentina pratica auto-embargo. Aqui, atravessamos um período de forte ajuste produtivo.

Com isso, não é possível descartar a possibilidade de haver espaço para o aumento das vendas externas. Existe a expectativa de retomada das exportações brasileiras de carne bovina para o Chile, mercado fechado desde o final de 2005, em função dos casos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e no Paraná.

A diferença entre o volume disponível para exportação entre o Brasil e a Austrália (segundo maior exportador mundial),

equivale às vendas externas da Índia, a terceira no *ranking* de exportadores de carne bovina.

Em qualidade, tanto de processos como de produto, o Brasil é bastante competitivo, pois:

- Possui a maior zona livre (com vacinação) de febre aftosa do planeta;
- Investe pesado em tecnologia e bem estar animal;
- Conta com rebanho homogêneo, com predominância da raça nelore, o que facilita a padronização das peças.

Com capacidade estática anual de abate estimada em 70 milhões, o Brasil poderia produzir 15 milhões de toneladas equivalente carcaça de carne, 15% a mais que os Estados Unidos, o maior produtor mundial. Sem gado para tanto e problemas de crédito, para que investir?

Por fim, as crises vêm e vão, mas as perspectivas são positivas para o setor. As ações realizadas agora por produtores, frigoríficos, indústrias de insumos e governo determinarão quanto ela afetará os resultados, e de que forma o País sairá dela.

\* Engenheiro agrônomo. \*\* Zootecnista. \*\*\* Médica veterinária  
scotconsultoria@scotconsultoria.com.br

## Cronologia 2008

### Janeiro

A UE suspende por tempo indeterminado a importação de carne bovina brasileira. Os europeus indicaram que poderiam aceitar a carne de 300 propriedades. O Brasil havia indicado uma lista com 2.861 propriedades auditadas e consideradas conformes aos critérios de rastreabilidade exigidos pelo bloco.

Em nota divulgada pela imprensa, o governo classificou a medida como injustificada e arbitrária. O MAPA deixou de emitir o certificado Sanitário Internacional (CSI) para as exportações de carne bovina *in natura* para os estados membros da UE.

### Fevereiro

O governo refaz a lista para 683 propriedades e negocia o formato da inspeção de fazendas brasileiras com permissão para exportar ao bloco europeu que a UE fará, a partir do dia 25. Ficam autorizadas a exportar 106 fazendas, sendo 87 em Minas Gerais, 11 no Rio Grande do Sul, quatro em Mato Grosso, duas no Espírito Santo e duas em Goiás

O MAPA discute estratégias e ações para a erradicação da febre aftosa na Região Norte.

### Brasil: bovinos na Região Norte - 2007 (milhões de cabeças)

| Estado   | Rebanho |
|----------|---------|
| Rondônia | 12,0    |
| Maranhão | 6,0     |
| Acre     | 2,5     |
| Amazonas | 1,8     |
| Roraima  | 0,8     |
| Amapá    | 0,6     |

Fonte: IBGE

### Março

Criada uma comissão especial formada por parlamentares, técnicos e representantes da iniciativa privada para discutir novas normas para o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov)

### Abril

A UE faz apelo à OMC e ao Brasil para aplicar medidas de proteção sanitária de modo a encontrar uma solução definitiva para o comércio de carne. Existem 95 fazendas autorizadas pela inspeção europeia para fornecer carne ao bloco. Os países membros não abrem mão da permanência dos animais na área habilitada por 40 dias, e na última propriedade antes do abate por 90 dias.

Divulgado relatório da visita realizada em novembro pela equipe da Direção Geral de Saúde e Proteção do Consumidor, que aponta problemas de controle e adulteração no Sisbov.

### Maio

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece como regiões livres de febre aftosa o Distrito Federal e mais dez estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Esses estados haviam perdido o *status* em outubro de 2005, diante do surgimento de focos de doença no Paraná e em Mato Grosso do Sul.

Realizada a 15ª Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Agricultura e Saúde. Dados da OIE mostram que 74,4% da América do Sul estão livres de aftosa com vacinação; 3,1% livres sem vacinação; 18,6% não-livres da doença, e 3,1% suspensos. Conseguiram *status* de livres da febre aftosa com vacinação, a partir de 2005, Peru, Colômbia, alguns estados do Brasil e duas áreas da Bolívia. A Bolívia, Venezuela e o Equador estão atrasados no cronograma do Plano Hemisférico para a Eradicação de Febre Aftosa (Phefa) acordado para o quadriênio 2005 a 2009.



## Junho

O escritório de Alimentação e Veterinária da União Européia (FVO) atesta e comprova, mais uma vez, a Equivalência do Plano Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes.

O Brasil encontra dificuldades para ampliar a listagem de 84 fazendas autorizadas para exportar carne para a UE. A relação anterior continha 95 propriedades. Três motivos são apontados: falhas no cumprimento das normas de rastreamento dos animais, insegurança devido às mudanças no sistema nacional de certificação e mercado interno aquecido, com preços altos.

## Julho

Depois de três anos, a OIE volta a reconhecer o rebanho bovino de Mato Grosso do Sul como livre de febre aftosa com vacinação. Por sua vez, o Comitê Técnico da União Européia ampliou de quatro para 12 o número de propriedades de Mato Grosso habilitadas a exportar carne bovina *in natura* para o mercado europeu, de acordo com as normas da rastreabilidade.

## Agosto

A lista das propriedades autorizadas a exportar carne bovina *in natura* para a Europa ganhou 60 novas unidades, e passa a totalizar 159 fazendas. Estima-se que mil estabelecimentos tenham solicitado auditorias.

## Setembro

O número de propriedades habilitadas a exportar para a Europa chega a 252, distribuído nos estados de Minas Gerais (149), Mato Grosso (36), Goiás (33), Rio Grande do Sul (18), Espírito Santo (15) e São Paulo (1). No final do mês o número chegava a 329 fazendas.

## Outubro

Segundo informações do Meat and Livestock Austrália, de janeiro a agosto de 2007 a 2008, o embarque de boi em pé passou de 516 mil para 550 mil cabeças na Austrália, e de 230 mil para 260 mil no Brasil. No ano, Austrália e Brasil deverão fechar com exportações, respectivamente, de 516 mil e 483 mil cabeças. Em 2006, esses números foram 516 mil e 432 mil.

A lista de propriedades autorizadas a exportar carne bovina *in natura* para o mercado europeu chega a 489 fazendas. Existem 4.300 unidades cadastradas no Sisbov. O ritmo de registro é considerado lento para o Brasil voltar aos números de exportação apurados antes do embargo.

## Produção sustentável

Inácio Afonso Kroetz\*

A produção animal no Brasil representa uma importante fonte de trabalho e renda. Como um dos setores que mais contribuem para o bem-estar das pessoas, proporciona proteínas de alta qualidade, particularmente a carne, o leite e os ovos, imprescindíveis para uma condição adequada de saúde nos primeiros anos de vida.

No âmbito mundial, há uma demanda crescente por alimentos de origem animal, devido à melhora nos rendimentos das pessoas de países com grande população (China, Índia, Rússia e Brasil). Nesse cenário, as perspectivas da capacidade global de atender a essa crescente demanda não são alentadoras.

As condicionantes ecológicas, climáticas e ambientais exercem um impacto sobre o nível de abastecimento e de preços dos alimentos no mercado mundial. Devido à diversidade agroecológica e climática do planeta, as possibilidades de aumentos significativos da produção animal ficam restritas a poucas regiões, nas quais ainda resta algum espaço com vocação para a produção de proteína animal em quantidade e qualidade.

A fronteira de produção pecuária chega ao seu limite de avanço ecologicamente sustentável. Os aumentos significativos da produção serão calcados no aumento da eficiência por unidade de espaço produtivo, e não no alargamento da fronteira pecuária.

O aumento de eficiência implica:

- Aumento da densidade de animais;
- Riscos de transmissão de doenças e de contaminação;
- Uso mais intensivo do solo;
- Aumento do emprego de energia;
- Impacto sobre o meio ambiente.

Assim, um dos espaços existentes para uma produção ecologicamente sustentável está localizado na América do Sul. Sendo um dos maiores fornecedores de proteína animal do mundo, o continente é uma reserva produtiva no que se refere à proteína animal.

### Brasil: números da pecuária

**Rebanho: 200 milhões de cabeças (15% do rebanho mundial);**  
**Segundo produtor mundial;**  
**Primeiro exportador mundial;**  
**Acesso a mais de 160 mercados;**  
**Emprega diretamente mais de 5,5 milhões de famílias.**

O comércio de alimentos de origem animal, especialmente de carne, obedece a critérios e requisitos de qualidade que abrangem a qualidade higiênica e sanitária do produto e o estado de saúde dos animais.



No caso da produção e do comércio de carnes bovinas e suínas, os regulamentos sanitários mais importantes referem-se às:

- Doenças animais suscetíveis de serem transmitidas ao homem (brucelose, tuberculose e a encefalopatia espongiforme bovina);
- Outras suscetíveis de serem transmitidas aos animais (febre aftosa e a peste suína clássica).

Na área de saúde animal, o Brasil está livre de importantes doenças (EEB, peste suína africana e a *influenza* aviária). Apresenta ainda avanços significativos no controle e na erradicação da febre aftosa por vírus A, O e C, da peste suína clássica e da doença de Newcastle, entre outras.

Neste momento, a febre aftosa, sem dúvida alguma o maior fator sanitário limitante ao livre comércio da carne bovina *in natura*, encontra-se erradicada em dezesseis estados, havendo uma área livre, com reconhecimento internacional da Organização Mundial de Saúde Animal, de:

- 5 milhões de quilômetros quadrados ou 60% do território nacional;
- 180 milhões de bovinos e bubalinos e 23 milhões de suínos;
- dois milhões de propriedades rurais.

Em 2001, foi declarada livre de peste suína clássica uma área:

- Correspondente a 4 milhões de quilômetros quadrados;
- Onde está concentrada a suinocultura industrial, no Centro-Sul;
- Com 22,5 milhões de suínos (85% do rebanho nacional).

Essas regiões dispõem de excedentes exportáveis a menor custo de produção e necessitam melhorar suas economias. Não obstante, os entraves comerciais (quantidades, cotas, sobretaxas alfandegárias), aliados aos subsídios à produção agrícola em importantes blocos comerciais, impõem enormes dificuldades.

Os países importadores, frente a ocorrências sanitárias, devem adotar medidas com base em parâmetros e evidências técnico-científicas, conforme os padrões internacionais definidos pelos organismos de referência apontados no Acordo SPS.

No que se refere à sustentabilidade socioambiental, os sistemas produtivos devem contribuir para a mitigação dos impactos ambientais. Representantes do setor governamental e da sociedade civil organizada buscam o entendimento sobre como alcançar o equilíbrio com os aspectos sociais e ambientais envolvidos.

**Território brasileiro:**

- **851 milhões de hectares distribuídos em 6 biomas;**
- **42% corresponde ao bioma amazônico;**
- **24% ocupado com pastagens;**
- **7% com culturas anuais.**

Tecnologia, diversificação climática, área disponível e ação governamental fazem o sucesso da agricultura brasileira. Não há subsídio aos produtores. O aumento da produção interna de alimentos de origem animal gera excedentes exportáveis, como resultado do investimento crescente em pesquisa, genética, nutrição e manejo de animais e controle de doenças.

No Brasil não há problema de competição entre agroenergia e produção de alimentos. Não se estimula o uso de grãos para produção de biocombustíveis. O etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar, proporciona maior rendimento por área plantada, gera subprodutos como o bagaço da cana, que pode ser utilizado na alimentação animal e para produção de mais energia. É um dos poucos biocombustíveis que oferecem um balanço claramente positivo em termos de emissões poluentes.

Apesar da possível relação entre abertura de pastagens e derubadas de florestas, não há necessidade de incorporação de novas áreas para haver aumento de produção. Há grande potencial para aumento de produtividade, inclusive com a recuperação de áreas pouco produtivas.

A proteção e o bem-estar animal são temas de interesse geral da sociedade, que incorporam importantes questões científicas, éticas, econômicas e políticas.

De acordo com a legislação federal brasileira, em vigor desde 1934, todos os animais existentes no País são tutelados pelo Estado. Aquele que aplicar maus-tratos aos animais, incorre em pena de multa e de prisão, quer seja ou não proprietário do animal.

Consideram-se maus-tratos:

- Manter animais confinados em locais anti-higiênicos, que lhe impeçam o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;
- Abandonar animais enfermos, sem lhes prover assistência; transportar animais por longos períodos, sem dar-lhes descanso ou alimento e água.

O Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, mantém em vigor normas sobre o transporte de animais e o abate humanitário de animais para produção de carne, assim como o seu manejo nas instalações dos estabelecimentos aprovados para essa finalidade.

Para o governo brasileiro são políticas importantes e constituem prioridades:

- A produção sustentável de alimentos e agroenergia;
- A oferta de alimentos seguros para todos os mercados;
- A renda ao produtor;
- As parcerias com o setor privado;

- A manutenção de mercados conquistados;
- O acesso a novos mercados.

O Brasil deseja estreitar a cooperação internacional para ampliação da produção de alimentos e de bioenergia, bem como na área de sanidade animal e vegetal.

A África, em especial, apresenta grande potencial para expansão da produção agrícola e tem grandes similaridades com o Brasil. A tecnologia brasileira para produção em clima tropical pode ser de muita utilidade para eles.

Recentemente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) instalou um escritório, em Gana. O objetivo é fortalecer a cooperação com o continente em várias áreas, ressaltando-se a transferência científica e de conhecimento técnico, o uso sustentável de recursos naturais, a sanidade animal e vegetal e o desenvolvimento de recursos humanos.

O Ministério da Agricultura considera importante a manutenção e ampliação dessa cooperação com países africanos, especialmente com a África do Sul.

\* Secretário de Defesa Agropecuária

## Estrutura estável

Mariann Fischer Boel\*

Como é de conhecimento geral, os ministros de comércio dos países deixaram o aeroporto de Genebra com seus respectivos planos, após a interrupção da Rodada Doha, em julho último, da Organização Mundial do Comércio. Foi uma enorme perda de oportunidade para avançar na liberalização comercial, como benefícios mais amplos para os países em desenvolvimento.

Parte do setor de carne da UE estava preocupado com o que poderia significar o sucesso da Rodada. Posso até entender isso, mas não eram as lideranças principais. O fracasso das negociações deixou uma nuvem de incerteza. Em vez de negociação, poderemos ter um rápido aumento para abertura de painéis de discórdia na OMC.

Previsibilidade e estabilidade são dois pontos apreciados pelo setor de carne. Não gostaria de pensar que voltamos aos dias escuros da vaca louca, quando tivemos de abater gado em larga escala e gastar grandes somas de dinheiro público para dar firmeza ao mercado.

Neste ano, o setor de carne bovina da UE é menor que no passado, mas com boa saúde. É um bom balanço. O orçamento do bloco é de 37 milhões de euros para serem gastos nas exportações e 24 milhões de euros para outras medidas. O valor é inferior à disponível nos anos noventa. Os estoques públicos do bloco estão zerados desde 2004.

Por isso, o setor poderia beneficiar-se, no mínimo, de alguma previsibilidade e estabilidade, pelo menos no curto prazo.

O setor de carne suína não atravessa uma crise tão séria como foi a da vaca louca, mas enfrenta dificuldade para negociar. O aumento dos custos na alimentação da criação tem pressionado desde o ano passado. Há 12 anos, a margem da produção era de 50 euros por 100 quilogramas. No começo deste ano estava em 4 euros por 100 quilogramas.

Felizmente, como as margens mostram recuperação no longo prazo, colocamos recursos para carregar carcaças frescas e congeladas, e cortamos para zero as novas parições no começo de agosto. Penso que o setor de carne suína gostaria de uma estabilidade nas questões ligadas ao ambiente de negócio.

Nas criações de caprinos e ovelhas, há também pressões em alguns países membros, por problemas de doenças e secas. A produção deve cair em 1 milhão de toneladas neste ano.

Os desafios do setor de carne da UE não mascaram os sucessos alcançados. O bloco tem respondido com robustez aos problemas de segurança alimentar do passado. Gastamos esforços em altos padrões e temos resgatado nossa sólida reputação na segurança e qualidade.

Alguns pontos críticos permanecem, como a previsibilidade da questão ambiental em termos de negócio e política doméstica. Assistimos a uma séria ruptura nas exportações de carne bovina do Brasil para a Europa. Temos duas considerações:

Primeira: é essencial nas exportações para a Europa tomar como base o padrão de segurança do bloco. Não é arbitrariedade. Temerosos por danos, alto padrão é essencial para conquistar a confiança do consumidor;

Segunda: na crença da importância do comércio, queremos ajudar os produtores brasileiros a atender as exigências europeias. Esse esforço trará frutos a médio prazo.

Com a Argentina, segundo maior fornecedor de carne bovina, os negócios sofrem freqüentes rupturas. Isso causa dificuldades para os importadores europeus. O ambiente de negócio não é estável e previsível.

Sem justificativas, apontam que o potencial das exportações europeias de carnes está fechado ao mercado mundial. Existem países que utilizam a vaca louca como pretexto para proibir as importações, sem suporte na OIE.

Como a UE produz muito menos carne bovina que consome, não teria como ser um grande exportador em futuro próximo. Existem produtores que poderiam obter um bom retorno do mercado. Isso seria possível com a retirada de certas injustificáveis proibições.

A carne suína não tem os problemas de rupturas da bovina. Repentinamente, a Rússia, sob o pretexto de conterem resíduos e antibióticos, começou a bloquear importações de carne de companhias europeias, que, por sua vez, alegam ser as concentrações abaixo da admitida pelo *Codex Alimentarius*.

Temo que as questões de segurança alimentar estejam sendo usadas como cortina de fumaça de comportamentos protectionistas. Cada país precisa aplicar regras para as importações, mas elas têm de ser razoáveis, transparentes e consistentes. Não cabem restrições arbitrárias.

Nas políticas domésticas da UE, apesar de tentarmos dar previsibilidade, algumas mudanças são impossíveis, como:

Primeira: realização dos testes de BSE no gado antes de sua entrada na cadeia produtiva. A erradicação da doença mostra resultados positivos. Em 2007, de 9,7 milhões de testes, foram detectados 173 casos. Uma taxa bem pequena.

Segunda: aplicação da Health Check na Política Agrícola Comum (PAC) da UE. Isso proporcionará instrumentos para novos desafios, como a mudança climática.

Com a reforma da PAC em 2003, os pagamentos diretos não mais dependem do nível da produção. Isso dá liberdade para os produtores produzirem aquilo de que o mercado necessita.

Nos últimos 25 anos, a indústria de carnes da Europa passou por mudanças estruturais, em prol do desenvolvimento da oferta e da demanda. Existem desafios pela frente, principalmente com o colapso da Rodada Doha. A UE desenvolve seu modelo não somente em termos do comércio internacional, mas também nas questões da qualidade e segurança alimentar, com os ajustamentos das políticas agrícolas para a realidade do amanhã.

---

\* Membro da Comissão Europeia responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural.

## Responsabilidade ambiental

Não obstante a crise financeira internacional, a economia mundial tem apresentado forte crescimento nos países em desenvolvimento, com expansão do mercado de carnes. No caso particular da cadeia produtiva da pecuária de corte, o Brasil é considerado um país-chave para o abastecimento internacional.

De fato, entre 1997 e 2007, a pecuária nacional mostra incrementos significativos nos mais diversos aspectos, seja na expansão do rebanho, da taxa de desfrute, do abate ou da produção e exportação.

Em termos de distribuição geográfica, mais da metade do rebanho nacional está concentrado nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste. O Sul e o Norte apresentam as menores quantidades, enquanto o Nordeste mostra um número intermediário.

O sistema de confinamento tem muito espaço para crescer, mas ainda é relativamente pequeno, com uma participação de 5% na quantidade de animais abatidos. Em 2007, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram responsáveis por 89% dos confinamentos. Metade deles foi desenvolvida em apenas dois estados: São Paulo (31,6%) e Goiás (23,4%).



### Brasil: evolução da pecuária de corte

| Ano                                     | 1997  | 2007  | Var % |
|---|-------|-------|-------|
| Rebanho (milhões de cabeças)            | 156,0 | 193,0 | 23,7  |
| Taxa de desfruta (%)                    | 18,6  | 23,3  | 25,0  |
| Abate (milhões de cabeças)              | 29,1  | 45,0  | 54,6  |
| Produção (milhões de toneladas)         | 5,8   | 9,3   | 60,3  |
| Consumo nacional (milhões de toneladas) | 5,7   | 6,9   | 21,0  |
| Exportação (milhões de toneladas)       | 0,3   | 2,35  | 683,3 |
| População (milhões de pessoas)          | 160,0 | 190,0 | 18,7  |
| Consumo per capita - quilo              | 36,1  | 37,1  | 2,8   |

Fonte: CNPC

### Brasil: distribuição do rebanho bovino em 2007 (%)

| Região       | Porcentagem |
|--------------|-------------|
| Centro-Oeste | 34,8        |
| Sudeste      | 18,8        |
| Norte        | 20,0        |
| Sul          | 13,4        |
| Nordeste     | 13,0        |

Fonte: CNPC/IBGE

Na parte sanitária, o Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Cohefa) reconhece os notáveis avanços do Brasil para combater a doença. Os últimos focos ocorreram em 2006. Hoje, 18 unidades federativas são reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como área livre da febre aftosa. Apenas alguns estados das Regiões Norte e Nordeste ainda são considerados de médio e alto risco. A expectativa do Serviço de Defesa Sanitária Animal (SDSA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é erradicar a doença, em todo o território nacional, até o ano de 2010.

Nas últimas décadas, graças aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o País aprimorou seu conhecimento sobre a agricultura tropical. Entre as safras 1970/71 e 2007/08, os ganhos de produtividades, em toneladas por hectare, passou de 1,4 para 3,8, quando se tomam as 16 principais culturas. Isso permitiu poupar o uso de quase 70 milhões de hectares. Essa foi a revolução silenciosa ocorrida no interior do País.

A opção entre agricultura alimentar e energética faz parte das importantes discussões no mundo. Aqui, no Brasil, constitui um falso debate. Suas plantações de cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção de etanol, além de estarem localizadas a mais de 2 mil quilômetros de distância da floresta amazônica, ocupam 3,0 milhões de hectares para atender à metade do consumo nacional de combustível pelos carros. Da área ocupada com culturas - anuais, perenes e florestas - e pastos (quase 300 milhões de hectares), isso representa apenas 1%.

Na questão ambiental, existe muita desinformação sobre o Brasil. Daí, a colocação oportuna de duas perguntas-chaves: se isso é realmente honesto ou é intencional?

No mundo, as maiores taxas de florestas intactas estão na América Latina, em grande parte dentro das fronteiras brasileiras. Já quando se trata da Amazônia, existe muita confusão.

Existe a Amazônia Legal, que diz respeito a uma área com benefício fiscal criada por lei em 1953, que abrange oito estados, 60% do território nacional e com uma população de 23 milhões de pessoas. De outro lado, a floresta amazônica diz respeito ao bioma, que requer tratamento sustentável e representa 82% da Amazônia Legal.

O desafio está em encontrar soluções e opções para melhorar o padrão de vida da população que vive na Amazônia Legal, em termos de progresso social e econômico.

A produção pecuária brasileira apresenta características interessantes:

- Proporciona 5,5 milhões de empregos, muito deles em áreas rurais em desenvolvimento;
- Predominam sistemas extensivos, com 220 milhões de hectares de pastagem;
- Estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária apontam para uma disponibilidade de 23% da área de pastagem com baixa produtividade;
- Metade da produção vem da área de cerrado;
- Possui uma média baixa na capacidade de suporte das pastagens (0.88 animais por hectare).

Com o envolvimento de 13 ministérios, a área deflorestada na Amazônia reduziu-se em 50% de 2004 a 2007. As penalidades aplicadas foram pesadas, confisco de 1 milhão de metros cúbicos de madeira, fechamento de 1.500 empresas em áreas ilegais e multas acumuladas em US\$ 2,5 bilhões. Isso mostra empenho para resolver tão sensível questão.

Um plano de sustentabilidade para a Amazônia é possível e passa pelas seguintes ações:

- Controle e monitoramento das terras públicas, que representa 75% do bioma;
- Regularização das propriedades privadas;
- Zoneamento econômico ecológico;
- Sistemas intensivos de produção em áreas deflorestadas;
- Pequenas propriedades somente em áreas de transição;
- Pagamentos para a manutenção das árvores em pé;
- Controle do comércio ilegal: a Europa chegou a comprar 800 mil de toneladas, no valor de US\$ 570 milhões, em um ano;
- Plano de certificação no futuro.

No cenário 2015 para a pecuária de corte nacional, segundo o Conselho Nacional da Pecuária de Corte, as projeções apontam para uma produção de 11,8 milhões de toneladas, rebanho de 105 milhões de cabeças e taxa de desfrute de 29%.

Em 2006, técnicos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgaram o relatório *Livestock's Long Shadow. Environmental Issues and Options*, que trata do impacto da pecuária no meio ambiente e aborda as ações de mitigação. A atividade é apontada como importante

fonte de poluição, em escala global e local. A sugestão é para uma visão mais macro do problema, quanto à degradação do solo, mudança climática e poluição do ar, escassez e poluição da água, perda de biodiversidade etc.

### Futuro da pecuária brasileira - pontos relevantes para análise

- Abundância de solo e água;
- Tecnologia avançada em área tropical;
- Melhoramento genético e nutricional: em 18 meses, animais com 510 quilos;
- Prioridade para as áreas de pastagens degradadas;
- Excelentes condições para o bem estar animal;
- Modernas unidades industriais para processamento de carne;
- Melhor balanço de gás carbônico;
- Evolução sanitária permite exportação de animais vivos;
- Sistemas de produção intensivos;
- Crescimento da prática de confinamento;
- Produção com melhor taxa de desfrute;
- Área livre do mal da vaca louca;
- Erradicação da febre aftosa.

O trabalho também conclui que, se a criação contribui para os problemas ambientais em escala massiva, ao mesmo tempo ela tem potencial para contribuir com a solução. Cita, ainda,

que, pelo fato do impacto ser tão significativo, requer ações imediatas. Maiores reduções poderiam ser conseguidas a custos razoáveis.

Quando se faz um balanço do relatório, entre os pontos positivos destacam-se:

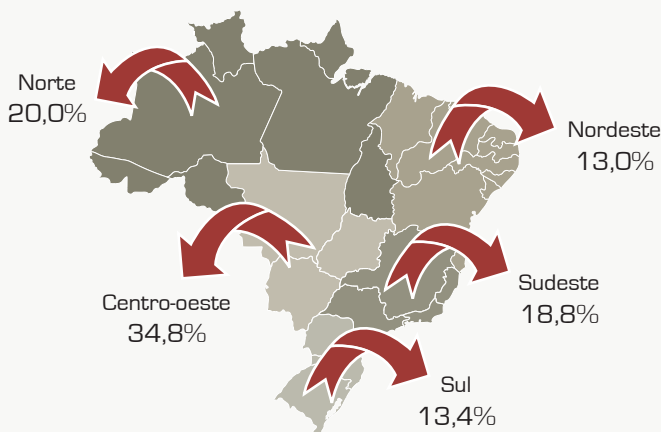
- Impacto negativo dos subsídios agrícolas;
- Carne como importante fonte de nutrientes para a saúde humana;
- Contribuição do setor para a geração de trabalho, renda e dignidade das pessoas;
- Evita o deflorestamento;
- Proporciona sustento para mais de 1,3 bilhões de pessoas;
- Participa com 40% da produção agropecuária global;
- Análise científica, sem sensacionalismo, de todos os aspectos ligados à pecuária.

O ponto negativo está justamente em não levar em conta a capacidade das pastagens em sequestrar carbono da atmosfera. Pesquisas da Embrapa mostram que, em termos de equivalente carbono por quilo/hectare/ano, a emissão da pecuária é de 1.226, enquanto a retenção varia de 1000 a 2000, à medida que vai de pastos degradados às boas práticas agrícolas. Quando se consideram, por exemplo, 23% de pastagens de baixa produtividade, a retenção é de 1.772,7. Isso significa um balanço positivo de 546.

Os estudos mais acurados sobre melhoramentos tecnológicos para prevenção de queimadas, deflorestação e degradação do solo não podem deixar de lado fatores importantes, tais como matéria seca, relação carbono e nitrogênio, decomposição orgânica, lotação de animais por hectare etc. Certamente, a massa crítica sobre o balanço energético e o impacto ambiental

### Brasil: distribuição regional do rebanho

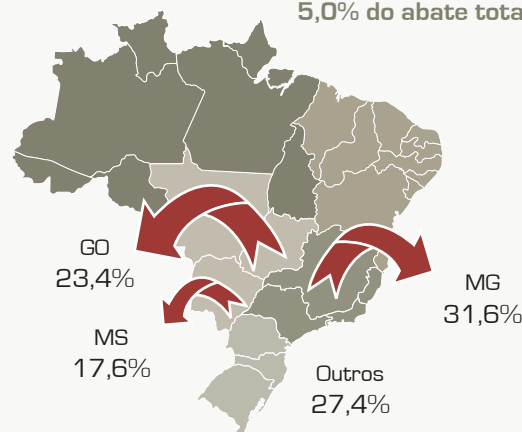
2007: 193 milhões de cabeças



Fonte: CNPC/IBGE

### Brasil: sistema de confinamento

2007: 2,3 milhões de cabeças  
5,0% do abate total



Fonte: Safras e Mercados

das atividades agropecuárias, como no caso da pecuária, terá enorme ampliação proximamente, com o desenvolvimento e o aprimoramento das pesquisas.

## Menor impacto do GEE

Matheus A. Zanella\*  
Sérgio De Zen\*\*

Investir recursos públicos e privados em recuperação de pastagens e a adoção de melhores tecnologias de manejo é a resposta mais eficaz para neutralizar os impactos ambientais provocados pela pecuária brasileira. Essa é a principal conclusão de estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP), encomendado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com o objetivo compreender os problemas ambientais, em especial as emissões de metano oriundas da pecuária.

A pesquisa mostra as possíveis estratégias e caminhos de mitigação diante das tecnologias disponíveis, no intuito de sugerir políticas que permitam a adequação do sistema produtivo aos desafios de continuar a expansão da pecuária brasileira com mais tecnologia, o que geraria ganhos econômicos e ambientais. De fato, a pecuária brasileira tem sido cada vez mais questionada pelos possíveis impactos ambientais decorrentes da atividade. Dentre estes, destacam-se a pressão sobre ecossistemas, devido à necessidade de grandes extensões de terra, a degradação do solo decorrente do manejo inadequado, superlotação, baixo índice de reformas de pastagens em áreas danificadas e a emissão de gases efeito estufa (GEE) resultante da fermentação entérica ruminal e da decomposição dos dejetos bovinos, problema até recentemente desconhecido da sociedade em geral.

É evidente, no entanto, que grande parte da atenção que a pecuária brasileira vem recebendo se deve ao importante peso econômico do setor no Brasil, apesar das pressões de países importadores de carne do Brasil, sobretudo da União Européia, onde os grupos de pressão formados por ONGs e consumidores são bastante organizados. Não resta dúvida que existem interesses comerciais por trás de grande parte das críticas que o Brasil recebe sobre sua pecuária. No entanto, tal fato não elimina a necessidade de o setor compreender melhor tais problemas, mesmo que seja para rebater acusações infundadas.

### Emissões de GEE

O estudo realizado pelo Cepea analisou a metodologia oficial de contabilidade de emissões de GEE utilizada no Inventário

Nacional de Emissões do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), identificando possíveis incertezas que poderiam ser aprimoradas na próxima atualização do relatório, previsto para o início de 2009. Alguns problemas da metodologia são bastante conhecidos dos pesquisadores, como a indisponibilidade de dados precisos de consumo de alimento e taxa de conversão do metano, índices zootécnicos de alta relevância para contabilidade de emissões.

### Emissões, seqüestro e balanço de carbono na pecuária brasileira

|                         |   |                                   |
|-------------------------|---|-----------------------------------|
| Emissão do gado         | + | 1,18 Mg CO <sub>2</sub> eq/ha/ano |
| Seqüestro por pastagens | - | 0,78 Mg CO <sub>2</sub> eq/ha/ano |
| Estimativa de Balanço   | = | 0,40 Mg CO <sub>2</sub> eq/ha/ano |

Fonte: Cepea/USP (2008)

Uma das principais questões metodológicas diz respeito ao seqüestro de carbono por pastagens. Não é novidade para os pesquisadores que estudam o assunto que as pastagens recuperam o carbono atmosférico, estocando na matéria orgânica do solo. Ainda assim, por ser um tema em discussão, o seqüestro de carbono não é contabilizado na metodologia do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), corpo científico internacional responsável por estudar as mudanças climáticas.

Estimativas preliminares indicam que o seqüestro por pastagens da pecuária pode absorver até 66% do carbono emitido pelo gado – conforme demonstra o quadro – de forma que as emissões líquidas da pecuária do corte podem ser substancialmente reduzidas, em oposição a outros setores econômicos que apenas emitem carbono.

De fato, estudos comparativos internacionais, também preliminares, indicam que a pecuária no Brasil emite praticamente a mesma quantidade de metano que os sistemas intensivos e semi-intensivos presentes em países europeus. No caso brasileiro, a emissão é quase toda decorrente da fermentação entérica, ao passo que, nos outros países, a importância da decomposição dos dejetos é maior, além do carbono emitido pela atividade por meio da aquisição de rações. A grande diferença na contabilidade das emissões seria, portanto, a absorção de carbono pelas pastagens brasileiras, de grande importância em um País que cria mais de 95% de seu gado de forma extensiva.

### Estratégias de Mitigação

Ainda assim, se faz necessário compreender com mais profundidade quais são as estratégias de mitigação possíveis para a atividade, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também do que é economicamente viável. Dois eixos de pesquisa estão sendo trabalhados nos campos da genética e da melhoria de alimentação. Na genética, são identificadas ações como a

seleção de matrizes que emitam menos metano, assim como é feito na questão do ganho de peso. Mas essa iniciativa pode ser de difícil execução se levar em conta que não é fácil para o pecuarista saber qual animal do seu rebanho emite mais ou menos metano.

Pesquisas também indicam que seria possível inibir a produção de metano via o uso de promotores de crescimento ou uso de extratos naturais. Outra possibilidade seria a imunização contra agentes metanogênicos via produção de vacinas, mas até o momento a eficácia dessas vacinas é de curto prazo, pois no médio prazo a ecologia ruminal se restabelece.

Mas é no campo da alimentação que são previstos os melhores meios de ação. Além de reduzir a emissão de GEE, a busca pela maior eficiência alimentar também reduz os demais impactos ambientais da pecuária, pois aumenta a eficiência do uso da terra. Entre as ações, a melhoria de pastagens e a recuperação das pastagens degradadas é a que mais se destaca, pois ajuda a controlar todas as externalidades negativas da pecuária por meio do aumento da produtividade do fator terra. Além do mais, é conhecido no setor que o aumento da eficiência da pecuária poderia liberar de 30 a 70 milhões de hectares de pastagens para outras atividades agrícolas, juntamente num momento em que cresce a discussão sobre o uso da terra no Brasil e na agricultura.

Outra estratégia é pela via do aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, os sistemas silvipastoris, que incorporam a atividade florestal à pecuária. Ainda assim, tais atividades necessitam de melhor estudo de viabilidade econômica e de risco, para saber mais precisamente quando a atividade poderia ser vantajosa ou quando seria apenas mais um encargo financeiro nas contas do pecuarista.

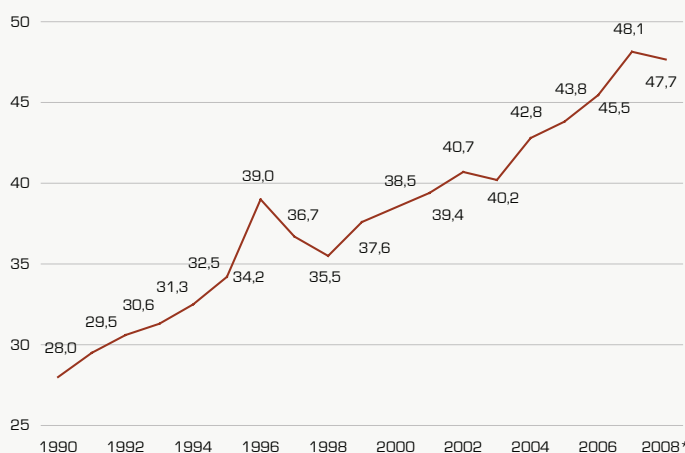
### Aumento de produtividade

O estudo do Cepea comprova que o aperfeiçoamento da sustentabilidade ambiental da pecuária passa pela manutenção do aumento de produtividade que vem ocorrendo nos últimos anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 1990, cada cabeça do rebanho nacional produzia cerca de 28 quilos/equivalente carcaça por ano. Em 2007, esse número chegou a 48 quilos/equivalente carcaça por ano, o que representa um aumento de 71,4% de produtividade. Para que esse avanço continue serão necessários investimentos públicos e privados na recuperação de pastagens e em outras alternativas de adoção de tecnologia.

O aumento da produtividade na pecuária não traz apenas benefícios econômicos à atividade, mas também ambientais. Segundo projeções das emissões da pecuária brasileira, até 2025 o rebanho brasileiro tende a crescer 7,4%, enquanto o abate seria aumentado em 25,4%. Com maior produção de carne usando menor rebanho, as emissões de metano praticamente não seriam alteradas, enquanto a relação metano por unidade de carne produzida cairia 18%, tendo em vista um

cenário em que o aumento da produtividade da pecuária é apenas mantido e não acelerado.

### Ganhos de produtividade na pecuária de corte brasileira (Em Kg/eq.carcaça/cabeça)



Fonte: Cepea

### Projeção das emissões de GEE da pecuária

| Ano      | Nº de vacas (milhões) | Efetivo (milhões) | Abate (milhões) | Produção de Carne (MMTCE) | Emissões (MMTCH <sub>4</sub> ) | CH <sub>4</sub> /CE |
|----------|-----------------------|-------------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|
| 2007     | 64,3                  | 208,0             | 43,0            | 8,83                      | 9,56                           | 1,08                |
| 2011     | 63,3                  | 209,8             | 45,1            | 9,20                      | 9,55                           | 1,04                |
| 2015     | 63,0                  | 214,0             | 48,0            | 9,73                      | 9,65                           | 0,99                |
| 2019     | 62,6                  | 217,9             | 51,1            | 10,29                     | 9,74                           | 0,95                |
| 2023     | 62,1                  | 221,4             | 54,1            | 10,81                     | 9,80                           | 0,91                |
| 2025     | 62,0                  | 223,4             | 55,6            | 11,08                     | 9,84                           | 0,89                |
| Variação | -3,6%                 | 7,4%              | 29,3%           | 25,4%                     | 2,9%                           | -17,6%              |

Fonte: Cepea

Entre as recomendações que podem ser extraídas dessa análise, sugere-se que sejam destinadas linhas de financiamento de projetos de adequação ambiental para a pecuária, como explorar linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em recuperação de pastagens. Também se propõe mais recursos para investimento em pesquisa, como: no desenvolvimento de metodologia de contabilidade ambiental que melhor retrate a realidade brasileira; estudos comparativos de economicidade das alternativas de mitigação; pesquisas de variedades de forragens mais produtivas; pesquisa em sistemas de manejo como a integração pecuária-lavoura; e pesquisa do ciclo de carbono nos solos e sistemas produtivos brasileiros.

\* Assessor Técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA

\*\* Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia da Produção Pecuária – Cepea/Esalq/USP



## Preços dos alimentos

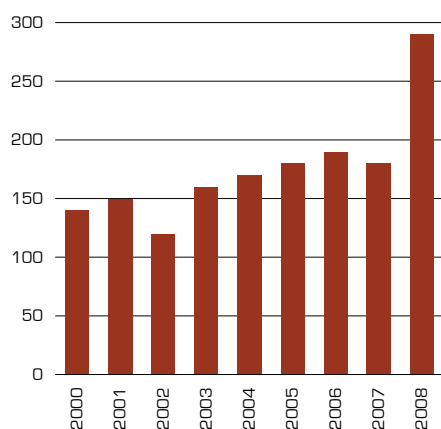
## O impacto dos biocombustíveis

## FGV Projetos

Alexandre Mendonça de Barros<sup>1</sup>Evandro Jacóia Faulin<sup>2</sup>Paulo Picchetti<sup>1</sup>Roberto Perosa<sup>3</sup>

ENTRE 2006 e 2008, os preços dos alimentos subiram a ponto de reavivar um tema adormecido desde os choques do petróleo nos anos 1970 – um dos raros períodos, em quase meio século, de disparada nas cotações dos grãos. Em menos de dois anos, os preços do milho triplicaram, os da soja dobraram, e os do trigo quase quadruplicaram. Alimentadas pelos grãos, todas as cadeias de proteína animal foram atingidas em cheio por um choque de custos e acusaram, elas também, expressiva correção de preços.

## Preço real de grãos (US\$ de 2007 por tonelada)



Fonte: USDA

Há consequências econômicas e sociais na disparada dos preços dos alimentos. Os grãos são o principal item da cesta básica de boa parte da população mundial concentrada justamente nos países em desenvolvimento. Para confirmar o impacto, em 2007, o alimento foi o principal causador do aumento da inflação na maioria dos países em desenvolvimento. O aumento foi particularmente perverso na China, onde a

inflação de alimentos representou mais do que 75% do aumento no custo de vida.

Reverteu-se a tendência de longo prazo de baixa dos preços reais dos grãos. De 1961 a 2008, ocorreram quatro interrupções, com movimentos de alta no preço médio real do grão. Foram eles: 1972 a 1974, os anos isolados de 1988 e 1995, e a fase atual de 2007 e 2008.

Diante das suspeitas lançadas e dos debates acerca dos biocombustíveis, é fundamental entender como e por que ocorreu a mudança histórica dos preços dos alimentos, quais forças impulsionaram as cotações das *commodities* agrícolas, bem como qual seria, afinal, a importância dos biocombustíveis nesse processo.

## Renda e população

Desde meados do século 20, os níveis nutricionais da população mundial, em particular dos países em desenvolvimento, têm crescido fortemente. Entre a década de 60 e o período atual, a disponibilidade de proteína passou de 40 para 70 g/hab/dia, e a de calorias de 1950 a 2680 kcal/hab/dia.

Um fenômeno mudou a vida dos países em desenvolvimento. De um lado, taxas mais baixas de crescimento populacional. De outro, um contingente maior de pessoas em idade economicamente ativa, que gera renda e consumo. No mesmo sentido de favorecer a demanda, aumentou a parcela da população acima de 60 anos. Enquanto isso, em graus variados, os países passam por processos de urbanização.

Fenômeno demográfico e crescimento da renda continuarão a pressionar a demanda por alimento. De acordo com a FAO e o Banco Mundial, as perspectivas são de que, para os próximos 30 anos, a renda *per capi-*

ta cresça 2% ao ano em média no mundo e 4% ao ano nos países em desenvolvimento.

## Biocombustíveis e produtos agrícolas

Fica cada vez mais claro que a bioenergia não engloba só os biocombustíveis. Gera-se energia também a partir da biomassa, como, por exemplo, pela queima do bagaço de cana ou de madeira. Isso favorece o crescimento da agricultura e estará presente no desenvolvimento futuro dos países produtores de grãos e de outras

## A alta dos preços dos alimentos

Segundo recente estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), há um conjunto de fatores que explicam a alta recente dos preços dos alimentos:

1. Crescimento da demanda por alimentos e mudança da sua estrutura de consumo – mais proteína e menos carboidratos –, graças ao crescimento de renda da população e à urbanização dos países menos desenvolvidos;
2. Utilização de cereais e outros produtos agrícolas na fabricação de biocombustíveis;
3. Operações nos mercados financeiros;
4. Quebras de safra provocadas pelo clima;
5. Baixo nível de estoques de cereais, resultado de mudanças de políticas públicas ou de quebras de safra;
6. Custos crescentes de combustíveis e fertilizantes;
7. Desvalorização do dólar a partir de 2002;
8. Medidas protecionistas adotadas após o início da alta dos preços. Entre elas, a proibição da exportação de alimentos e a desvalorização cambial em relação ao dólar. Essas medidas teriam contribuído para a elevação dos preços dos alimentos nos mercados de outros países.

**Foi justamente dentro deste contexto que a FGV Projetos analisou a questão da alta de preços dos alimentos, utilizando sofisticadas ferramentas macroeconômicas.**

matérias-primas para fins energéticos.

Tanto o tipo de biocombustível como a matéria-prima empregada na produção variam entre países. O biodiesel substitui o diesel, e o etanol, a gasolina. No caso do etanol, usa-se o milho nos EUA, a cana-de-açúcar no Brasil, e o trigo na Europa. Para o biodiesel, a variedade é maior: soja, palma, colza, canola, girassol, algodão e matérias-primas de origem animal, com o gado bovino.

Teria havido, em suma, maior procura por produtos agrícolas para fins de energia. E, conforme insistem os críticos dos biocombustíveis, ela pode ter aberto uma relativa competição por área de plantio. Pode, ainda, ter desviado a produção destinada ao consumo alimentar para as refinarias de combustíveis. É provável que ambas as condicionantes tenham levado ao aumento de preços dos alimentos. Tais questões são analisadas neste estudo, com a avaliação dos impactos da produção de etanol no milho e na cana-de-açúcar, principais fontes de bioenergia em escala mundial.

### Produção de etanol de milho

É significativo o volume consumido de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos. Novas tecnologias, com a utilização de celulose para fabricar etanol e de subprodutos do refino de biocombustíveis como componentes de rações, aliviaram a pressão sobre as áreas agrícolas, com diminuição no custo de produção de proteína animal. No médio prazo, existe a possibilidade de que venham a ser desprezíveis os efeitos da procura por biocombustíveis sobre os produtos agrícolas.

### Produção de etanol de cana

Uma questão a ser atentamente examinada é se a área plantada de cana-de-açúcar tem crescido no Brasil, em detrimento da ocupada por grãos. A resposta é negativa. Entre 1971 e 2007, basicamente o período de vida do Proálcool, o crescimento da área de grãos no Brasil foi mais do que quatro vezes superior ao da cultivada com cana-de-açúcar.

### Operações nos mercados financeiros

Trabalho realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômi-

### Europa: capacidade instalada de biodiesel (milhões de litros)

| Ano  | Capacidade instalada (milhões de litros) |
|------|--|
| 2002 | 1.065                                    |
| 2003 | 1.433                                    |
| 2004 | 1.933                                    |
| 2005 | 3.194                                    |
| 2006 | 6.057                                    |
| 2007 | 10.289                                   |

Fonte: Europa Biodiesel Board

### Estados Unidos: consumo de milho de etanol (milhões de toneladas)

| Ano    | Consumo (milhões de toneladas) |
|--------|--------------------------------|
| 1980   | 1,8                            |
| 1990   | 9,1                            |
| 2000   | 15,9                           |
| 2006   | 50,1                           |
| 2007 * | 83,8                           |

Fonte: USDA. \* estimativa

### Brasil: área plantada com grãos e cana de açúcar (mil hectares)

| Ano  | Cana-de-açúcar (mil hectares) | Grãos (mil hectares) |
|------|-------------------------------|----------------------|
| 1970 | 1.708                         | 17.488               |
| 1980 | 2.657                         | 29.660               |
| 1990 | 4.184                         | 31.952               |
| 2000 | 4.901                         | 30.955               |
| 2007 | 6.712                         | 38.425               |

Fonte: USDA e FAO

co (OCDE) aborda a possibilidade de que os preços à vista das *commodities* possam ser não uma causa, mas sim consequência de preços futuros inflacionados pela crescente posição comprada de investidores.

Um indício forte dessa possibilidade está no crescimento, no período 2006 a 2008, do número de contratos na Bolsa de Chicago (CBOT) em posição comprada por *non-commercial traders* (especuladores) no total de contratos *long position*.

### Contratos futuros non-commercial Posições compradas (mil unidades)

| Ano  | Milho | Trigo | Soja |
|------|-------|-------|------|
| 1970 | 10    | 12    | 5    |
| 2005 | 134   | 66    | 61   |
| 2008 | 615   | 242   | 168  |

Fonte: CFTC

### Participação dos contratos futuros non-commercial no total Posições compradas (mil unidades)

| Ano  | Milho | Trigo | Soja |
|------|-------|-------|------|
| 1970 | 14    | 25    | 34   |
| 2005 | 25    | 30    | 33   |
| 2008 | 48    | 49    | 44   |

Fonte: CFTC. Em mil contratos

### Resultados e conclusões

O sofisticado arcabouço metodológico utilizado no trabalho permitiu quantificar as relações entre a evolução dos preços do milho, da soja, do trigo e arroz no mercado internacional e um conjunto de variáveis – aquelas ligadas aos fundamentos do mercado propriamente dito e as vinculadas aos ativos financeiros criados em torno desses produtos.

- A expansão da produção de biocombustíveis não é fator relevante para a alta recente dos preços dos alimentos – dos grãos de milho, soja, trigo e arroz;
- O que contribuiu, decisivamente, para o aumento dos preços em 2007 e 2008, foram, em primeiro plano, a atividade especulativa nos mercados futuros e, como cenário de referência, o aumento da demanda em uma conjuntura de estoques baixos.

Diante da inversão da alta de preços nos mercados internacionais em meados de 2008, a análise permitiu ainda que fossem apresentadas algumas possibilidades sobre o comportamento dos grãos:

No trigo e milho, uma redução de preços poderá desestimular o plantio no próximo ano. Os preços poderão se elevar no segundo semestre pela redução da oferta. Na soja e no arroz, menos atingidos pela queda de preços, a hipótese de que venham enfrentar a situação semelhante à do trigo e milho não está descartada. A volatilidade dos preços – forte indicador da atividade especulativa – continua nos mercados de *commodities* agrícolas. ■

1 Professor da FGV-EESP

2 Consultor da FGV Projetos

3 Professor da FGV-EESP e Coordenador de Projetos - FGV Projetos

## Setor sucroalcooleiro I

## Freio nos projetos

**D**E 32 projetos com previsão para entrar em operação nesta safra, dez sofreram atraso. Muitos deles, em fase inicial, sofrem interrupções e suspensões à espera de um contexto econômico mais claro.

Com a demanda doméstica crescente pelo biocombustível e as perspectivas de crescimento nas exportações, os investimentos no setor para o horizonte 2005 e 2012 estavam previstos em US\$ 33 bilhões. Em 2008, 29 usinas entraram em operação, de um total de 80 planejadas até 2012, de acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Desde 2003, as inversões para aumentar a capacidade produtiva e implantar novas unidades no País acumularam o montante de US\$ 24 bilhões, com a geração de 150 mil empregos diretos, sem contar os efeitos indiretos proporcionados pela ativação dos mercados de fatores – fabricantes de máquinas agrícolas, insumos e equipamentos industriais entre outros.

Não obstante, o setor tem operado com margem de lucratividade bem apertada. Nos últimos dois anos, os preços foram pouco remuneradores. A não-concretização das perspectivas internacionais de ampliação de mercados, comprometeu ainda mais o fluxo de caixa de todo o setor. Plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar foram penalizados.

Em 2007, a média dos preços reais do açúcar cristal, do álcool anidro e do álcool hidratado pagos ao produtor esteve muito baixa. Em termos de desempenho, foi a pior desde a safra 1999/00, considerada a mais crítica da história recente.

Agora, com a crise deflagrada no mercado financeiro internacional, bastante alavancado, o setor sucroalcooleiro faz

uma revisão no seu planejamento. A conjuntura global impôs um novo freio nos projetos de expansão da produção de açúcar e de álcool. Pelo menos 47 projetos de implantação de novas usinas foram adiados. No ano passado, havia a estimativa de que 140 usinas seriam implantadas até 2015. A previsão caiu para 93.

Na verdade, existe a combinação de uma série de fatores desfavoráveis. A baixa nos preços do petróleo acarreta perda de competitividade para o álcool. A restrição ao crédito e o aumento dos juros compromete a formação de capital de giro e as exportações de açúcar e álcool, cujas receitas anuais somam cerca de US\$ 7 bilhões. Parte dos recursos que dependiam de investidores estrangeiros refluíram. Há uma queda na aplicação de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), um instrumento vital para o fluxo de caixa das usinas.

Segundo estudo realizado pelo Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroalcooleiro e Energético (Ceise), entidade que representa as indústrias de base que fornecem equipamentos e serviços às usinas, no começo deste mês a inadimplência das usinas com os fornecedores de máquinas e equipamentos chegou a 36%, os pedidos das usinas postergados a 28,76%, e os cancelados a 22,82%.

Os pedidos em carteira de 980 indústrias de bens de capital do País somam R\$ 4,9 bilhões até dezembro de 2009. O setor sucroalcooleiro conta com 380 usinas e destilarias e 200 grupos econômicos, com faturamento de US\$ 25 bilhões. A previsão de investimentos de US\$ 33 bilhões até 2012, com a construção de 120 novas unidades industriais. É muito provável

que haja uma reorganização do setor com algumas compras substituindo projetos novos.

Os fabricantes de caldeiras, moendas, tubos de destilação, fornos e outros equipamentos para o setor de açúcar e álcool, estabelecidos nas regiões de Sertãozinho, Piracicaba, Araçatuba e no Nordeste do País, também enfrentam dificuldade para a obtenção de crédito.

Na condição de maior exportador mundial de açúcar e álcool, o anseio do setor é de que haja garantia de crédito pelo governo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, tem sob sua alçada 78 projetos de grande porte, tanto para expansão das unidades, como para construção de novas plantas. Desse total, 27 usinas entraram em operação em 2007, outras 27 deveriam iniciar os trabalhos neste ano e, para 2009 e 2010, há previsão de as 24 unidades restantes começarem a operar.

#### Brasil: desembolsos para o setor sucroalcooleiro

| Ano   | R\$ milhões | % BNDES |
|-------|-------------|---------|
| 2004  | 590,5       | 1,53    |
| 2005  | 1.090,8     | 2,32    |
| 2006  | 1.972,9     | 3,86    |
| 2007  | 3.556,7     | 5,49    |
| 2008* | 5.222,2     | 7,43    |

Fonte: BNDES. \* até outubro.

A participação do setor nos desembolsos totais feitos pelo banco subiu consideravelmente nos últimos anos. Até outubro deste ano, o segmento abocanhou 7,43% da verba total concedida a projetos, enquanto que em 2004 a fatia foi de 1,53%. ■

## Setor sucroalcooleiro II

## Política de estocagem

NO CURTO prazo, a indústria sucroalcooleira do Brasil precisa de crédito para carregar os estoques de álcool na entressafra na Região Centro-Sul, de janeiro a março, e sustentar o fluxo das exportações de açúcar. A crise de crédito reduziu a capacidade do setor de conseguir financiamento, além de bloquear o crédito para investimento.

A situação é dramática. Fechar as contas da safra em fase final e o pagamento de salários, sobrecarregado pelo décimo terceiro, são as prioridades prementes das usinas. Como as unidades com fluxo de caixa mais crítico são forçadas a queimar seus produtos, os preços sofrem mais pressão para baixo. Até mesmo aquelas mais saudáveis financeiramente são afetadas e sofrem descapitalização.

Um dos setores mais penalizados é dos fornecedores de cana. Além dos preços que não cobrem os custos de produção, eles deparam com freqüentes atrasos no pagamento da cana entregue.

Por sua vez, obstáculos de financiamentos para a formação de estoques podem acarretar uma intensa volatilidade nos preços. Os produtores serão pressionados a comercializarem o produto a preços aviltados para fazer caixa e cumprir seus compromissos de pagamentos. Essa dificuldade faz sentido no etanol,

em que a maior parte das vendas é no mercado à vista.

Na área de açúcar, o principal problema é a limitação de crédito para as exportações. As usinas usualmente empregam as linhas de créditos para exportações oferecidas por *tradings* ou bancos privados. Além de ficarem com juros mais elevados, as fontes tiveram redução.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) instituiu uma “sala de monitoramento” para as distribuidoras e usinas apurarem a condição de estoques na entressafra. Com a previsão de oferta apertada, o acompanhamento ajuda afastar o risco de estrangulamento e regulariza o abastecimento.

Se a condição climática permitir, com menor incidência de chuva, a colheita deverá ser mais prolongada na Região Centro-Sul. Essa é a principal incógnita para fazer uma estimativa mais precisa da safra. A quantidade de cana que poderá deixar de ser esmagada é significativa, da ordem de 40 milhões de toneladas.

Com uma exportação entre 4,0 a 4,5 bilhões de litros, a disponibilidade de etanol para o mercado interno ficará entre 19,0 e 20 bilhões de litros. Em outubro, as vendas de álcool atingiram o volume de 1,83 bilhão de litros, enquanto que, no primeiro semestre de 2008, o consumo do biocombustível ultrapassou em 15% o da gasolina.

Nos quatro meses de entressafra, o consumo deverá ficar entre 6,5 a 7,5 bilhões de litros. Certamente, os níveis dos estoques sofrerão quedas e precisarão de uma administração direta para acompanhar a oferta do produto. A tendência natural é de pressão de alta nos preços. Uma boa perspectiva, pois, mesmo aquecido, o mercado interno não tem sido suficiente para absorver o excesso de oferta do produto, fazendo com que a remuneração permanecesse baixa. ■

## Diretriz da União Européia

As negociações entre os membros da União Européia para estabelecer as regras do uso de biocombustíveis enfrenta ainda divergências. A previsão inicial para que o texto da legislação esteja pronto é 8 de dezembro. O capítulo dos biocombustíveis inclui a diretiva para regulamentar o uso de energias renováveis no bloco.

Para 2020, a meta é de que 20% da energia consumida na região venham de fontes renováveis. Desse percentual 10% são a fatia que corresponde ao setor de transportes.

Na agenda mais recente entre o Parlamento e o Conselho Europeus, consta a definição ou não da parcela de uso dos biocombustíveis de primeira geração na fatia dos 10%. Existem outras fontes alternativas.

De um lado, o Parlamento propõe determinar que 40% sejam destinadas ao uso de biocombustíveis e os 60% restantes teriam como origem outras fontes. De outro, o Conselho prefere não definir percentuais e deixar os 10% do uso de energias renováveis nos transportes livre.

Embora seja a principal fonte em comparação às alternativas existentes, o uso de biocombustíveis não é obrigatório. O emprego de carros elétricos, por exemplo, ainda é bem pequeno. O bloco tem interesse em elaborar rapidamente a diretiva para que possa alcançar suas metas no prazo previsto.

## Centro-Sul: comparativo de safra

| Item                          | 2007/08 | 2008/09     |           |
|-------------------------------|---------|-------------|-----------|
|                               |         | Até outubro | Final*    |
| Cana (bilhões de toneladas)   | 378,9   | 412,4       | 470 a 480 |
| Açúcar (milhões de toneladas) | 23,7    | 22,6        | 25 a 26   |
| Etanol (bilhões de litros)    | 17,5    | 20,2        | 23 a 24   |

Fonte: Unica

\* Estimativa: Agroanalysis



Ripa

# Investimentos em laboratórios

Roberta Salgado\*

O REPRESENTANTE do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Newton Paul Ribas, em entrevista ao Portal Ripa, informou que serão investidos R\$ 12 milhões na Rede Brasileira de Laboratório de Controle da Qualidade do Leite. 'A Rede de Inovação e Prospeção Tecnológica do Agronegócio (Ripa) sinalizou a necessidade de se investir na rede de laboratórios, existente desde 2002. A idéia é que essa rede seja consolidada', afirma Ribas. Os laboratórios são credenciados pelo MAPA e seguem a Instrução Normativa (IN) 51, cujo objetivo é obter qualidade no leite produzido no País. A contrapartida do MAPA é de R\$ 6 milhões e do CT-Agro outros R\$ 6 milhões.

O projeto foi aprovado em maio no CT-Agro e vai apoiar a rede com novos equipamentos. "É a segunda linha de equipamentos, como analisadores eletrônicos de leite, visando a consolidar os oito laboratórios existentes". Os laboratórios estão localizados nos seguintes estados:

- Rio Grande do Sul (Universidade de Passo Fundo);
- Santa Catarina (Universidade do Contestado);
- Paraná (Universidade Federal do Paraná em convênio com a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa);
- São Paulo (Esalq/USP);
- Minas Gerais (Embrapa Gado de Leite e Universidade Federal de Minas Gerais);
- Goiás (Universidade Federal de Goiás);
- Pernambuco (Universidade Federal Rural de Pernambuco).

Mais dois laboratórios estão em fase de projeto e negociação para receber parte da verba, na Universidade Federal Rural da Amazônia, em Belém (PA) e em Porto Velho (RO), provavelmente em uma unidade da Embrapa. "O laboratório de Pelotas, na Embrapa está sendo credenciado", comenta.



Newton Paul Ribas

A Instrução Normativa 51 exige uma mostra por mês de cada produtor para ser analisadas em laboratórios de referência, que emitam laudos para educar e orientar os produtores. Ribas explica que, no laboratório do Paraná, são analisadas, hoje, 110 mil amostras por mês, e em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, já ultrapassaram a marca de 130 mil amostras ao mês. "Ela é colhida no tanque do produtor, e o leite cru e resfriado é analisado".

São feitas três análises de componentes (gordura, proteína, lactose e sólidos totais), contagem de células somáticas (relacionada à higiene do leite, quantidade de infecção que há na glândula mamária da vaca no rebanho) e contagem bacteriana total. À medida que as amostras são analisadas, há a oportunidade de discutir que tipo de matéria-prima é enviada à indústria. "O investimento será de uma

média de R\$ 2 milhões por laboratório", calcula o representante.

Ribas conta que o projeto será feito em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e que haverá uma licitação nacional para importar os equipamentos e fazer um comodato, com uma linha para cada laboratório. "Nós vamos cuidar da infra-estrutura desses laboratórios", reitera. Após a licitação, o prazo para começar a instalação de equipamentos será o mês de abril. "No momento está sendo feita a assinatura do convênio".

Um dos objetivos da consolidação da rede de laboratórios é orientar e educar os produtores rurais na melhoria da qualidade do leite, na gestão da propriedade leiteira, e em rastreabilidade. "Os laboratórios irão se tornar instrumentos de rastreabilidade", afirma. E lembra que, "se o Brasil pretende exportar leite (em pó), os auditores já questionam o nível de rastreabilidade e o tipo de controle de qualidade".

Diante do investimento, será possível consolidar a demanda da indústria de leite no mercado nacional. Todas aquelas que têm o Certificado de Inspeção Federal (CIF) são obrigadas a monitorar os seus produtores. No Paraná são 160 indústrias com CIF, em todo o país somam 1.800. "Cria-se um banco de dados de cada produtor e evita-se que haja fraudes".

Ribas afirma que essa ação está vinculada ao Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite (CQuali) do MAPA. "Quando tratamos de controlar a qualidade que entra na indústria, também combatemos a fraude, o leite de baixa qualidade". ■

\*Assessoria de Comunicação Ripa.  
ripaimprensa@gmail.com

## Meio ambiente

# Biocombustíveis, pão e Brasil

John N. Landers<sup>1</sup>  
Marcel Burcstyn<sup>2</sup>

ENQUANTO AO longo dos últimos 20 anos, enquanto as mídias brasileira e internacional, e a maioria das ONGs, se concentraram nos aspectos negativos associados à agricultura brasileira, houve uma revolução silenciosa nas atitudes dos fazendeiros do País em direção às práticas agrícolas sustentáveis e na conservação dos recursos naturais.

Em grande parte, isso foi o resultado da:

- Maior conscientização sobre a aplicação de práticas de conservação;
- Mudança na maneira de pensar causada pela adoção do plantio direto;
- Melhor eficiência produtiva, induzida pelo Banco Mundial, para a diminuição dos subsídios agrícolas;
- Gestão da terra nos programas estaduais.

A controvérsia sobre a concorrência entre as lavouras de alimentos e de biocombustíveis ganhou força recentemente. Diversos fatores contribuíram para isso. A subida dos preços dos alimentos, cuja demanda excedeu a oferta, exacerbada pela especulação. Os preços exorbitantes dos combustíveis. A conversão ineficiente para etanol de uma parte significativa da colheita de milho dos Estados Unidos.

O vice-presidente da União Nacional de Fazendeiros do Reino Unido, Paul Temple, durante uma palestra na conferência Semana Verde da União Européia, em junho de 2008, declarou que “A falta de investimento em agricultura e a era de alimentos baratos são as razões do aumento nos preços e a falta global dos alimentos”.

A demanda de alimentos cresceu devido à prosperidade das economias emergentes, como a China, o Brasil e a Índia,

ajudando a cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Nas fazendas brasileiras, embora a elevação do custo de combustíveis tenha sido atenuada pela valorização da moeda, os preços dos fertilizantes subiram fortemente. A relação de troca de milho e soja com o insumo caíram 17% e 21% respectivamente, entre 2005 e 2008 (jan-jul), segundo a Associação Nacional de Difusão de Adubos (Anda).

Como tem investido em pesquisas e desenvolvimento agrícola e na tecnologia de biocombustíveis, o Brasil está pronto para colher os frutos merecidos.

Entretanto, a expansão dos biocombustível no Brasil é analisada sob a falsa hipótese de pressionar os preços dos alimentos, e de provocar devastação da vegetação original, principalmente na floresta amazônica. Temple novamente acerta em cheio na questão: “O uso da



**Brasil: expansão potencial no Brasil sem usar novas terras (até 2020)**

| Fontes de expansão  | Hectares          |
|---|-------------------|
| ICLZT em 10% dos pastos tropicais degradados                | 6.000.000         |
| Biocombustíveis, incluindo cana em pastos degradados        | 6.000.000         |
| Reflorestamento em 20% dos pastos degradados                | 12.000.000        |
| Irrigação <sup>1</sup>                                      | 1.800.000         |
| Produtividade incremental de grãos (2% ao ano) <sup>2</sup> | 15.016.000        |
| <b>Expansão potencial total com desmatamento zero</b>       | <b>40.816.000</b> |

<sup>1</sup> Expansão média anual: 150 mil hectares.

<sup>2</sup> Produtividade agrícola cresceu 85,8% ou 4% ao ano entre 1991 e 2006.

*terra não é exclusiva para biocombustíveis. Precisamos considerá-lo em sua totalidade. Se perdermos as metas da União Européia, de 10% para biocombustíveis, deixaremos de ter os incentivos econômicos para outras mudanças positivas.”*

No Brasil, há um enorme potencial para a expansão da produção agrícola, sem a perda da biodiversidade, pelo uso intensivo da terra, com:

- (i) Sistemas integrados de lavoura – plantio direto – pecuária (ICLZT);
- (ii) Reflorestamento;
- (iii) Irrigação;
- (iv) Melhor produtividade geral.

Essas tecnologias também produzem importantes efeitos colaterais positivos para diminuir o aquecimento global e a segurança alimentar, enquanto satisfaz a demanda por biocombustíveis.

O relatório Gallagher sobre biocombustíveis, apresentado ao Parlamento Britânico em 2008, recomenda “o uso de terras agrícolas ociosas, terras marginais, refugos e resíduos, apropriadamente definidos, e a intensificação da produção atual”.

Porém, o documento não faz a conexão entre a intensificação do uso do solo e a mitigação do clima. A demanda adicional de produtos agrícolas pode ser atendida pelas próprias fronteiras agrícolas existentes, sem precisar de desmatamentos. Uma solução ganha-ganha.

A Rússia, por exemplo, ainda tem áreas significativas de terras agrícolas subutilizadas. Sua agricultura ainda não se recuperou do fim do sistema coletivo de produção e, como uma exportadora de petróleo, terá pequena pressão para produzir biocombustíveis.

Para suprir a crescente demanda de forma ecologicamente aceitável, o Brasil é a maior fonte imediata na expansão da produção agrícola mundial. Entre os biomas Amazônia e do Cerrado, há pelo menos 60 milhões de hectares de pastos tropicais degradados, com regime adequado de chuvas. Suponha 20% deles aptos para sistemas integrados de lavoura-pecuária com plantio direto (ILPD) ou para cana-de-açúcar, e outros 20% para reflorestamentos. Isso gerará 24 milhões de hectares para absor-

ver tanto a produção de alimentos quanto a demanda de biocombustíveis.

Biocombustíveis precisam incluir carvão vegetal e lenha de reflorestamentos, o que não é especificado no relatório do Gallagher. A secagem de produtos agrícolas no Brasil usa biocombustível na forma de lenha, de plantações manejadas. A indústria de aço utiliza carvão vegetal de eucalipto plantado, em vez de madeiras

### Mitos associados ao biocombustível feito da soja

- **A demanda é sem fim – do rendimento do grão, 20% é óleo e 80% é farelo de soja. Um mercado tem que ser encontrado para o subproduto (óleo) de valor menor, cuja expansão é mais lenta que a demanda para biocombustíveis;**
- **Soja é um dos principais condutores do desmatamento – o cultivo de soja no bioma Amazônia é de infimo 0,3% da área total. A sua expansão é muito maior em áreas de pastos degradados. Portanto, não há uma relação 1:1 entre a expansão de soja e o desmatamento na Amazônia;**
- **O aumento da produção de soja é equiparada a um maior desmatamento – desde 2006, as indústrias e os comerciantes de soja brasileiros estabeleceram um embargo da compra de soja proveniente de terras recentemente desmatadas [a chamada moratória da soja].**

nativas. Outra consideração adicional é que o Brasil usa somente 12% de seu potencial hídrico para irrigação.

A expansão agrícola no Brasil refuta as conjecturas de que resultará em um desastre ecológico (por exemplo, Fox News, 10 de junho de 2008). A conclusão do Relatório Gallagher, de que a produção de biocombustíveis precisa ser desacelerada, para evitar a perda na produção de alimentos e biodiversidade, não é válida.

Afinal, será que os consumidores não estão preparados para pagar pela preservação, e aceitarão o desmatamento para dispor de alimentos mais baratos? Esse é o processo histórico, sancionado pela sociedade desde o início do mundo.

A contradição está em que esses pontos de vista ignoram que:

(i) O Brasil tem a tecnologia para converter milhões de hectares de pastos com baixa produtividade em cana-de-açúcar, soja, milho e outras *commodities*. A renovação e maior lotação de animais nas pastagens compensarão a perda nas áreas totais e aumentarão a produção total de carne bovina e leite,

(ii) A competição entre biocombustíveis e alimentos, com o consequente aumento na demanda para desmatamento, é uma questão de economia.

A decisão de expandir horizontalmente a produção, pela conversão da vegetação nativa em terras agrícolas, é uma decisão racional. A sociedade não atribui um valor explícito à vegetação nativa preservada. Se esse fosse maior que os retornos oriundos do desmatamento, a vegetação seria preservada.

Diante dos baixos retornos da pecuária na Amazônia, o Instituto de Woods Hole e seu sócio brasileiro Ipam calcularam níveis razoáveis de recursos requeridos para compensar os custos de oportunidade dos pecuaristas, com a preservação da floresta amazônica nativa.

Grande parte do exagero sobre a perda da biodiversidade é uma cortina de fumaça para esconder a falta de políticas econômicas nos países importadores de alimentos, os quais deveriam premiar os fazendeiros exportadores pela preservação da vegetação nativa.

A vasta região amazônica no Brasil é um “caldeirão de insegurança”. A confusão sobre a propriedade das terras (Mangabeira Unger, Ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil, *Jornal do Brasil*, 29/5/2008) alimenta a quase impunidade do desmatamento ilegal, erroneamente imputado à expansão da cana-de-açúcar e soja. “O verdadeiro golpe existe no protecionismo do

mundo desenvolvido e nos subsídios distorcidos, e não na idéia de biocombustíveis” (Cohen, R. *Bring on the right biofuels. International Herald Tribune*, 24/4/2008, New York).

(iii) As críticas à expansão da produção agrícola brasileira vão contra a lógica de explorar as vantagens comparativas da produção por meio da globalização dos mercados mundiais. Como a produção de biocombustíveis está ligada a esforços para combater o aquecimento global, exige uma análise mais holística da produção agrícola (cf. Temple, acima).

Nessas críticas, há agendas ocultas de três fontes principais:

(i) Medo da capacidade de expansão brasileira na produção de ambas as categorias de produtos agrícolas tirar mercados de outros grandes exportadores;

(ii) Risco dos biocombustíveis reduzirem os níveis extorsivos nos preços de combustíveis fósseis;

(iii) Necessidade das ONGs de gerar fundos para suas campanhas sobre as perdas de biodiversidade.

Se podem causar recessão na economia mundial, os preços dos combustíveis provocam aumento nos preços de fertilizantes. Os fazendeiros adotam sistemas mais extrativos, como o desmatamento, uma fonte barata de fertilidade. Isso representa uma ameaça maior à biodiversidade e à vegetação nativa que a produção de biocombustíveis. Os produtores não são beneficiados por melhores preços de alimentos para reduzir o ônus de suas dívidas históricas.

O Brasil é líder global em plantio direto, o primeiro sistema dentro do conceito de Agricultura de Conservação da FAO. Praticada em 25 milhões de hectares (mais da metade da área de safras anuais no Brasil), reduz o consumo de diesel de 50% a 74%. Com maior adoção ao redor do mundo, essa tecnologia agirá como amortecedor dos preços de alimentos em alta, além de combater o aquecimento global via sequestro de carbono. Isso envolve o pagamento de serviços ambientais para desmatamento zero e mitigação dos gases de efeito estufa.

## Vantagens do Plantio Direto (PD)

- Aumento da superfície de albedo devido à cobertura do solo por resíduos das lavouras (palha), com maior proporção dos raios solares que a cor mais escura da superfície na lavoura tradicional;
- Forragem mais digestível de pastos melhorados, com integração lavoura PD – pecuária, reduz em 33% as emissões totais de gás metano por quilograma de carne bovina produzida;
- Proporciona redução nas perdas do solo por erosão (até 90%) e de matérias orgânicas para os cursos de água; mantém mais carbono no solo e diminui as emissões de metano devido à decomposição anaeróbica de baixo da água;
- Reduz a poluição da água pelos nutrientes dos fertilizantes e químicos agrícolas;
- Presença do húmus na superfície do solo acelera a atividade microbiana e as atividades dos químicos agrícolas são reduzidas;
- Uso de herbicidas menos sujeitos a lixiviação, por ex., atrazina e trifluralina, ao passo que os herbicidas dessecantes usados são integrados a colóides do solo e são os únicos nas categorias de menor lixiviação do Índice de Ubiquidade do Lençol Freático;
- Maior produtividade das safras, devido à maior disponibilidade de água no solo e eficiência dos fertilizantes. A intensificação do uso das terras traz um pequeno aumento no sequestro de carbono.

## Conclusões finais

No Brasil, não há necessidade de competição entre biocombustíveis e a produção de alimentos ou a conservação da biodiversidade. A equação poderá ser equilibrada se os fazendeiros receberem incentivos adequados. A sociedade recebe os benefícios com a conversão para biocombustíveis e as reduções nas emissões de gases de efeito estufa. O desmatamento fica reduzido e a prática do plantio direto é amigável para o ambiente. O uso intensivo do solo poderá absorver o crescimento na produção, na maioria em pastos degradados e aumentando a área irrigada.

Isso se traduz em um pagamento por serviços ambientais, uma conversão em benefícios econômicos para os fazendeiros. A hipocrisia reside no fato de a sociedade receber os benefícios de uma agricultura mais eficiente, mas que ainda não quer pagar para preservar o ambiente. Trata-se de um enorme abuso de poder por parte dos consumidores, que auferem os ganhos da eficiência dos fazendeiros na forma da redução histórica nos preços dos alimentos, e que não pagam mais por produtos produzidos responsabilmente.

O mercado nicho de produtos orgânicos, com preços mais altos, e dos produtos certificados como *fair trade*, que pagam mais, representa menos que 3% dos mercados globais.

Os fazendeiros brasileiros têm de cumprir os mais rigorosos regulamentos no mundo para a preservação da biodiversidade, reservando no mínimo 20% de sua área fundiária para a vegetação nativa. Nas áreas de alto valor de conservação (HCV) da Amazônia a taxa se eleva a 80%. Tudo isso com zero de remuneração. Essas pessoas precisam de um prêmio, e não de castigo.

Para resumir, as palavras de Paul Temple à UE merecem ser extrapoladas para englobar o cenário mundial: “A agricultura tem um papel importante para exercer na nova bioeconomia, começando com os biocombustíveis, e precisamos trabalhar juntos para levar adiante essas mudanças positivas”. ■

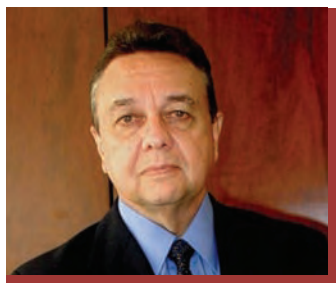
1 Fundador e diretor da Associação dos Fazendeiros para Lavoura Zero para a Região Brasileira do Cerrado (APDC).

2 Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja) e da Confederação Nacional de Agricultores.



## Diário de bordo

# Esperteza interiorana



Roberto Rodrigues\*

**H**Á MUITAS histórias que mostram a esperteza do caboclo brasileiro.

Os livros do Cornélio Pires são antológicos quanto a isso, exibindo a rapidez do raciocínio dos caipiras da região de Tietê. Vale a pena lê-los, até para aprender a lidar com agilidade com situações complexas.

Outro contador de causos é Rolando Boldrin, conhecedor da pureza da alma sertaneja, tão bem delineada, com *finesse*, nas obras de Guimarães Rosa.

Certa vez, um fazendeiro de um pequeno município do interior paulista foi eleito prefeito. Trabalhava todas as manhãs na fazenda e, logo depois do almoço, às 11 horas, como acontece sempre na roça, pegava seu fusca e ia despachar na prefeitura, visitar escolas e o centro de saúde, fiscalizar as obras em andamento.

Numa dessas viagens, deu carona a um caboclo, a meio caminho da cidade. O caboclinho não reconheceu o prefeito-motorista, e logo puxou conversa.

– Vou na cidade falar com o prefeito, por causa que ele prometeu que ia fazer um mata-burro aí na entrada do nosso bairro e até hoje, ó, nada.

O prefeito, achando graça na conversa, foi dando corda ao sujeito, perguntando se ele tinha certeza da tal promessa ou se tinha só ouvido falar, se conhecia o prefeito, e outras provocações.

O caipira, sem papas na língua, logo botou tudo para fora: que não tinha visto

a promessa, mas o compadre dissera ser verdade, e que ia cobrar pra valer do prefeito. Este, divertido, entusiasmou o carona, afirmando que “promessa é dívida” e, se o candidato prometera, deveria ser cobrado com vigor.

Animado e valente, já chegando à cidade, o caboclinho, gesticulando e seguro de si, ia criando mais coragem, quando o prefeito perguntou:

– “E se o homem disser que não faz o mata-burro?”

E o caipira, afogueado e despachado:

– “Sou muito macho, não levo desaforo para casa, mando ele para a p.q.p. no ato, ele vai ver só com quem tá lidando”. ... e acrescentou outros palavões impublicáveis.

O prefeito deixou o sujeito na rodoviária e foi trabalhar.

Lá pelo meio da tarde, o cujo é introduzido à sala de despachos. Claro que reconheceu o motorista da carona, mas não se deu por achado. Nem o alcaide. Ambos fingiram não se conhecer.

E o caboclo contou toda a história, que o candidato tinha passado pelo bairro na campanha, feito a promessa do mata-burro, etc. e tal, que já tinha passado quase um ano e nada, e que ele tinha vindo saber se a obra ia sair ou não, se estava programada e para quando.

E o prefeito, muito sério, de novo, dando corda: “Mas o senhor ouviu a promessa? Tem certeza que ela foi feita? Quando, mais ou menos?” E assim por diante.

Esquivando-se, mas sempre falando a verdade, o caboclinho explicava tudo de novo.

Ao fim da conversa, o prefeito perguntou.

– Mas, meu amigo, e se eu disser que não vou fazer o mata-burro?

O silêncio não durou 3 segundos, suspenso na expectativa da resposta.

– Bão, perfeito, aí é aquilo que nós cuminemo na viagem...”

Palavra dada, palavra cumprida... ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

# Alimento barato



Cesário Ramalho da Silva\*

**M**ESMO COM o agravamento da crise econômica, o brasileiro continuará pagando barato pela comida. A despeito do arrocho financeiro – custos altos, falta de crédito, endividamento, margens baixas – os produtores rurais garantirão a safra 2008/09. Haverá um pequeno recuo na produção, mas nada que prejudique o abastecimento de alimentos a preços equilibrados. O consumidor não precisa se preocupar. Mais uma vez a agricultura será a âncora verde da economia e contribuirá para manter a inflação sob controle.

Há anos o setor rural segura as contas do País. Se estamos menos vulneráveis nesta crise, é em razão dos resultados do agronegócio. Por exemplo, grande parcela das reservas, que estão sendo usadas pelo Banco Central para controlar a alta do dólar, veio da receita das exportações agropecuárias.

A crise ainda não chegou ao agronegócio. Os problemas surgirão no período da colheita deste ciclo de produção. O agricultor plantou uma das safras mais caras da história e pode enfrentar queda nas cotações das *commodities* agrícolas. É um descasamento perigoso. Se o produtor não obtiver receita no próximo ano, como ficará a safra subsequente? Não é um problema dele, é um problema para o País.

Neste momento, um cenário de incertezas se desenha. O agricultor venderá a

## Opinião

## Seguro de renda

safrá que está plantando a que preço, e para quem?

Com as carnes a situação é parecida. Ao visitar a Sial, uma das maiores feiras mundiais de alimentos e bebidas, realizada no final de outubro, em Paris, constatei que a escassez de crédito mexe com o mercado de carnes. A Rússia, nosso maior comprador individual da carne bovina, está sem recursos para quitar parcelas restantes de carregamentos já entregues. Contêineres estão parados nos portos de lá. Eles pedem descontos, enquanto exportadores brasileiros sinalizam que podem trazer os carregamentos de volta.

É hora do setor rural discutir com o governo mecanismos de proteção de renda, dentro da política de garantia de preços mínimos, como o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), Aquisição do Governo Federal (AGF), Empréstimo do Governo Federal (EGF), entre outros instrumentos. E este diálogo, acima de tudo, tem de servir de gancho para que seja debatida uma nova política agrícola para o País, condizente com a importância e os riscos inerentes da atividade. Uma política agrícola ampla, que tenha como objetivo viabilizar renda para o produtor, não apenas crédito. Para isso, o seguro rural tem de constar da agenda porque dá retaguarda aos recursos investidos no setor.

Para concluir, fica a mensagem de que dar suporte à atividade rural é uma medida de interesse público. Um agronegócio vibrante tem o efeito multiplicador de dinamizar as economias das regiões produtoras e os negócios do setor industrial e de serviços das grandes cidades, garantindo e gerando empregos, contribuindo para o incremento da riqueza e desenvolvimento do País. ■



João Sampaio\*

**M**AIS QUE nunca, a agricultura brasileira precisará de instrumentos de seguro de renda para, na hora da comercialização, o agricultor resgatar dívidas e produzir o próprio crédito de custeio e investimento das próximas safras. Se em tempo de recursos fartos já o necessitava, com a atual escassez de crédito, deve acessá-los para reduzir os riscos inerentes à situação econômica instável.

O nosso modelo de crédito agrícola baseado no financiamento direto da produção, calcado nas exigibilidades de 30% dos depósitos bancários à vista e de 70% da poupança rural, não atender à demanda. Por sua vez, o dinheiro das *tradings* e os recursos livres desaparecem e ficam caro demais para o financiamento do plantio seguinte. Uma das saídas imediatas é utilizar os mecanismos de proteção cambial e de preços (*hedge*) em Bolsas de Mercados e Futuros.

Em algumas regiões do País, o endividamento é um gargalo para a adoção de tais práticas. No entanto, o governo federal aceita com limites adicionais de crédito para financiar as margens de garantia, custos operacionais e ajustes diários atrelados aos contratos futuros. Como essas operações dão ao produtor uma margem mínima de lucro, resultam em seguro de renda.

Se antes o produtor adotava o seguro da safra para ter acesso ao crédito oficial subsidiado, da mesma forma, poderia

fazê-lo na forma de *hedge* para a comercialização. A ordem é seguro na hora de plantar e de vender.

O produtor hoje tem acesso à subvenção do prêmio do seguro rural, que corresponde a 50% do valor pago. No caso de São Paulo, que desenvolve seu próprio programa antes do federal, o agricultor chega a pagar apenas 25% do valor do prêmio, pois utiliza o benefício pelos planos federal e estadual, totalizando 75% de subsídio.

Para o seguro de renda, o estado de São Paulo também estuda um programa de subsídios das opções de compra e venda, bancando metade do prêmio. Vamos trabalhar com soja, milho, boi e café. Diferentemente dos mecanismos de garantia de preço mínimos por meio dos instrumentos de PEP, Pepro, Prop, o programa paulista seria de proteção de renda via mercado.

A popularização dos instrumentos de proteção é o próximo desafio do agronegócio brasileiro. A criação dos mesmos é um grande passo, mas o produtor, seja por falta de informação ou de incentivo, subutiliza e fica sempre na dependência do crédito puro e simples. Há dois efeitos: círculo vicioso do endividamento e danos à sua imagem, como se fossemos eternos privilegiados das benesses governamentais, o que não é verdade. O agricultor brasileiro, comparado ao restante do mundo, incluindo os norte-americanos, é bem menos protegido.

E agora, ao não utilizarmos os instrumentos disponíveis, ficará ainda menos salvaguardado das intempéries do mercado de *commodities* agrícolas, que cada vez mais faz parte da roleta financeira. A crise financeira têm duas correntes muito fortes de consenso, a necessidade de um mercado auto-financiado com dispositivos de seguro de renda e, ao mesmo tempo, controle e transparência maiores do sistema global. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo